

# BOLETIM DESIGUALDADE NAS METRÓPOLES

---

# Nº 09

**EDIÇÃO ESPECIAL: DADOS ANUAIS (2012-2021)**



**OBSERVATÓRIO  
DAS METRÓPOLES**  
Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia

**PUCRS**



## **SALATA, Andre Ricardo., RIBEIRO, Marcelo Gomes.**

Boletim Desigualdade nas Metr6poles. Porto Alegre/RS, n. 09, 2022

Disponível em:

<<https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br/>>

\*As manifestações expressas neste documento representam exclusivamente a opinião de seus autores, e não, necessariamente, a posição das instituições envolvidas no projeto.

### **FICHA TÉCNICA**

#### **PESQUISADORES RESPONSÁVEIS**

Prof. Dr. Andre Ricardo Salata

Professor de Sociologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)

Pesquisador do Núcleo RS do Observatório das Metr6poles

Pesquisador da Rede de Observatórios da Dívida Social na América Latina (RedODSAL)

Prof. Dr. Marcelo Gomes Ribeiro

Professor do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Coordenador do Núcleo RJ do Observatório das Metr6poles

#### **MEMBROS DA EQUIPE DE PESQUISA**

Paula Guedes Martins Ferreira

Pesquisadora bolsista do Núcleo RJ do Observatório das Metr6poles

#### **INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS**

Observatório das Metr6poles (Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia – INCT)

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)

Rede de Observatórios da Dívida Social na América Latina (RedODSAL)

#### **FOMENTO**

Fundação PORTICUS

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

#### **AGRADECIMENTOS**

Data Zoom (<http://www.econ.puc-rio.br/datazoom/>)

#### **CONTATOS (ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO E MARKETING)**

PUCRS (ASCOM)

[imprensa@pucrs.br](mailto:imprensa@pucrs.br) / [ascom@pucrs.br](mailto:ascom@pucrs.br)

(51) 3320-3503 / (51) 3320-3603

Comunicação Observatório das Metr6poles

[comunicacao@observatoriodasmetrolopes.net](mailto:comunicacao@observatoriodasmetrolopes.net)

## DESTAQUES DESTA EDIÇÃO

1

Entre 2020 e 2021 mais de 3,8 milhões de brasileiros residentes nas metrópoles brasileiras entraram em situação de pobreza, registrando 19,8 milhões de pessoas no conjunto das Regiões Metropolitanas, o maior valor da série histórica. Esse contingente representa 23,7% da população metropolitana e corresponde a um aumento de 7,2 milhões de pessoas em relação a 2014, quando aquele contingente representava 16% da população.

2

Nas regiões metropolitanas do Norte e Nordeste, com exceção de Fortaleza e Natal, o percentual de pessoas em situação de pobreza superou um terço da população e chegou a ultrapassar 40% nas regiões metropolitanas de Grande São Luís e de Manaus.

3

A pobreza extrema também registrou recorde histórico em 2021 e atingiu 5,3 milhões de pessoas no conjunto das Regiões Metropolitanas, o que representa 6,3% da população. Mais da metade destas, 3,1 milhões de pessoas entraram nesta situação nos últimos 7 anos, sendo 1,6 milhões delas apenas em 2021.

4

A desigualdade de renda expressa pelo Coeficiente de Gini atingiu o maior valor da série histórica em 2021, chegando a 0,565 para o conjunto das Regiões Metropolitanas. Em 2014, o Gini era de 0,538.

## DESTAQUES DESTA EDIÇÃO

5

Outra medida da desigualdade de renda, a razão de rendimentos entre os 10% do topo e os 40% da base da distribuição de renda chegou a 19,1. Isso indica que os 10% mais ricos ganhavam, em média, 19,1 vezes mais do que os 40% mais pobres. Essa foi a maior razão de rendimento médio da série história.

6

O rendimento médio para o conjunto das Regiões Metropolitanas, em 2021, alcançou o menor valor da série história: R\$ 1.698. O mesmo ocorreu com os rendimentos médios segundo os estratos de renda: os 10% do topo da distribuição apresentaram rendimento médio de R\$ 7.582,75, o estrato dos 50% intermediário apresentaram rendimento médio de R\$ 1.562,55 e o estrato dos 40% na base da distribuição de renda apresentaram rendimento médio de R\$ 396,10.

7

Na comparação entre 2014 e 2021, todos os estratos de renda apresentaram redução do seu nível de rendimento médio, porém o estrato de menor renda foi o que teve a queda mais expressiva no conjunto das Regiões Metropolitanas: os 40% mais pobres tiveram queda de 23,1% em seus rendimentos naquele período.



# 01 APRESENTAÇÃO

O Brasil é reconhecidamente um país desigual e há décadas figura entre as nações com pior distribuição de rendimentos do planeta. Hoje sabemos dos inúmeros efeitos negativos de um elevado nível de desigualdades, tais como o esgarçamento do tecido social, o desperdício de talentos, o enfraquecimento das instituições democráticas e a redução da capacidade de crescimento econômico – como recentemente reconhecido por instituições como o FMI<sup>1</sup> e o Banco Mundial. Não à toa, nos últimos anos o tema das desigualdades, e seu crescimento em muitos países, ampliou seu alcance no debate público.

Em um país com as dimensões do Brasil, podemos analisar as desigualdades a partir de inúmeros recortes geográficos. Normalmente tratamos da desigualdade no conjunto do país, o que reflete tanto as disparidades no interior de cada região geográfica, estado ou município, quanto as enormes distâncias socioeconômicas entre os mesmos, entre outros aspectos. Longe dos laboratórios de dados, aos cidadãos em seu cotidiano, algumas destas disparidades são mais visíveis do que outras. Por exemplo, a distância socioeconômica que separa os moradores da Rocinha – conhecida favela, alçada a status de bairro, no município do Rio de Janeiro – dos moradores do Leblon – localizado numa das zonas mais nobres do mesmo município – sem dúvida não passa despercebida aos olhos dos moradores da cidade

do Rio de Janeiro. Diferentemente, a desigualdade entre moradores da região Norte e da região Sul do país é conhecida, mas não faz parte do cotidiano dos moradores de Porto Alegre. Do ponto de vista sociológico, portanto, é muito pertinente analisar as desigualdades a partir de recortes menores que o conjunto do país.

Atualmente quase 40% da população brasileira, ou mais de 80 milhões de pessoas, vivem em alguma das Regiões Metropolitanas do país<sup>2</sup>. E podemos afirmar que o protagonismo político, econômico e social de tais regiões supera, com folga, seu relevante peso demográfico, fazendo-as unidades de análise essenciais. Ao mesmo tempo, no interior de cada região metropolitana encontramos municípios altamente integrados do ponto de vista econômico e social, tornando limitadas quaisquer análises que procurem tratar da dinâmica de cada um deles em separado, como entidades isoladas.

A despeito de seu protagonismo econômico, social e político, as Regiões Metropolitanas vêm enfrentando enormes desafios, como a questão da violência urbana, das condições de moradia, do acesso e qualidade dos serviços públicos e, de um modo geral, das barreiras para o exercício pleno da cidadania por parcela considerável de seus habitantes. Como elemento constituinte e

---

1 Fundo Monetário Internacional.

---

2 Ver notas metodológicas, abaixo.

basilar desse quadro, e que atravessa os diferentes desafios acima mencionados, temos o elevado grau de desigualdades no interior destas regiões.

O *Boletim – Desigualdade nas Metrôpoles* tem como objetivo produzir um conjunto de informações relevantes acerca das desigualdades de rendimentos no interior das Regiões Metropolitanas do país. E, como fim último desta publicação, esperamos que os dados aqui reunidos colaborem para um debate público mais bem informado a respeito da grave situação das metrôpoles brasileiras no que concerne às desigualdades sociais.

Para tanto, fazemos uso dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADc), do IBGE, em especial de sua divulgação trimestral. À cada trimestre, então, os dados serão atualizados e divulgados em novos boletins. De modo complementar, a partir dos dados da divulgação anual do IBGE, que trazem informações mais completas – por exemplo, outros rendimentos que não do trabalho –, produziremos e divulgaremos boletins anuais especiais, com o mesmo objetivo<sup>3</sup>.

Este trabalho é fruto de uma colaboração entre três instituições: INCT Observatório das Metrôpoles, o PUCRS-Data Social, e a Rede de Observatórios da Dívida Social na América Latina (RedODSAL). Em nossos boletins, e com o intuito de atingir um público

mais amplo, prezamos por uma linguagem menos técnica, com foco em informações gráficas e um estilo sucinto e direto de comunicação.

---

3 Ver notas metodológicas, abaixo.





# NOTAS METODOLÓGICAS

1

Nesta edição trabalhamos com os dados da divulgação anual das PNADs Contínuas - IBGE, cobrindo o período de 2012 até 2021. A vantagem dos dados anuais é que estes nos permitem ter acesso a outras fontes de renda que não os rendimentos do trabalho, incluindo, por exemplo, aposentadorias, seguro-desemprego, benefício de prestação continuada (BPC), Bolsa-Família, Auxílio Emergencial e Auxílio Brasil, entre outras fontes. Desse modo, ao contrário do que ocorre com a divulgação trimestral dos dados da PNADc, que costumamos utilizar em nossos boletins, podemos tratar da renda mensal total dos domicílios.

2

Os dados de rendimentos dizem respeito ao rendimento domiciliar per capita mensal (habitual de todos os trabalhos e efetivo de outras fontes), excluindo o rendimento das pessoas cuja condição na unidade domiciliar fosse de pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

3

Trabalhamos com todas as Regiões Metropolitanas para as quais temos dados representativos nas PNADs contínuas, produzidas pelo IBGE. No total temos um conjunto de 20 Regiões Metropolitanas (Manaus, Belém, Macapá, Grande São Luís, Fortaleza, Natal, João Pessoa, Recife, Maceió, Aracaju, Salvador, Belo Horizonte, Grande Vitória, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Florianópolis, Porto Alegre, Vale do Rio Cuiabá e Goiânia), além do Distrito Federal e da Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento da Grande Teresina. Apesar dessas duas últimas localidades não serem denominadas de região metropolitana, que tem um sentido institucional específico no Brasil desde a Constituição Federal de 1988, quando tratadas em termos genéricos vamos nos referir a elas como Regiões Metropolitanas. Além disso, mesmo reconhecendo que no Brasil nem todas as Regiões Metropolitanas são, de fato, metrópoles do ponto de vista da compreensão da geografia, vamos utilizar as denominações de metrópole e região metropolitana como sinônimos a fim de tornar o texto com uma linguagem mais fluída. Ainda, ao fazer uso das informações para todas estas localidades, não podemos recuar nossas análises para o período anterior ao ano de 2012, antes do surgimento das PNADs contínuas, e para o qual apenas um conjunto muito menor de Regiões Metropolitanas era considerado pelo IBGE.

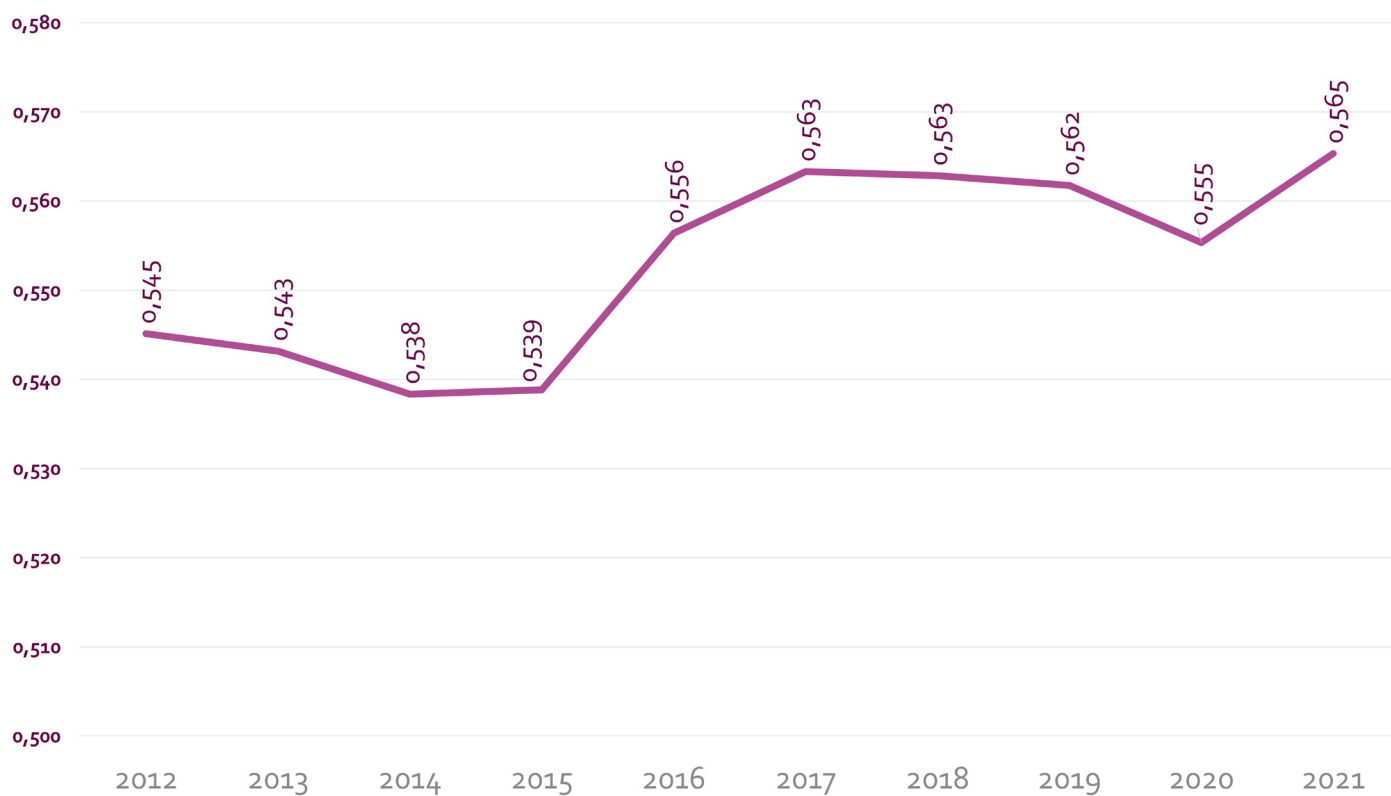
## 02 COEFICIENTE DE GINI

O Coeficiente de Gini mede o grau de distribuição de rendimentos entre os indivíduos de uma população, variando de zero a um. O valor zero representa a situação de completa igualdade, em que todos teriam a mesma renda, e o valor um representa uma situação de completa desigualdade, em que uma só pessoa deteria toda a renda. Dessa forma, é possível comparar a desigualdade de renda entre dois momentos ou locais a partir desse coeficiente.

Na figura 1 temos a evolução da média do coeficiente de Gini para o conjunto das Regiões Metropolitanas do Brasil do início da série histórica, em 2012, até o ano mais recente, 2021. O que se percebe é que entre 2012 e 2014 a desigualdade de renda medida pelo coeficiente de Gini passa por uma constante e leve redução, atingindo o menor valor da série, 0,538, em 2014. Após um período de estabilidade entre 2014 e 2015, esse valor tem um crescimento elevado no ano seguinte e atinge um ápice em 2017. A partir de então, volta a cair, com uma queda mais aguda em 2020. Em 2021, a desigualdade de renda aumenta de forma elevada e atinge o maior valor da série histórica, 0,565. Os dados específicos para cada uma das metrópoles estão expostos no anexo, na tabela 1A.

Na figura 2 está exposta uma comparação do coeficiente de Gini entre os anos de 2014 e 2021. Observa-se que na grande maioria das Regiões Metropolitanas, houve um elevado aumento da desigualdade de renda

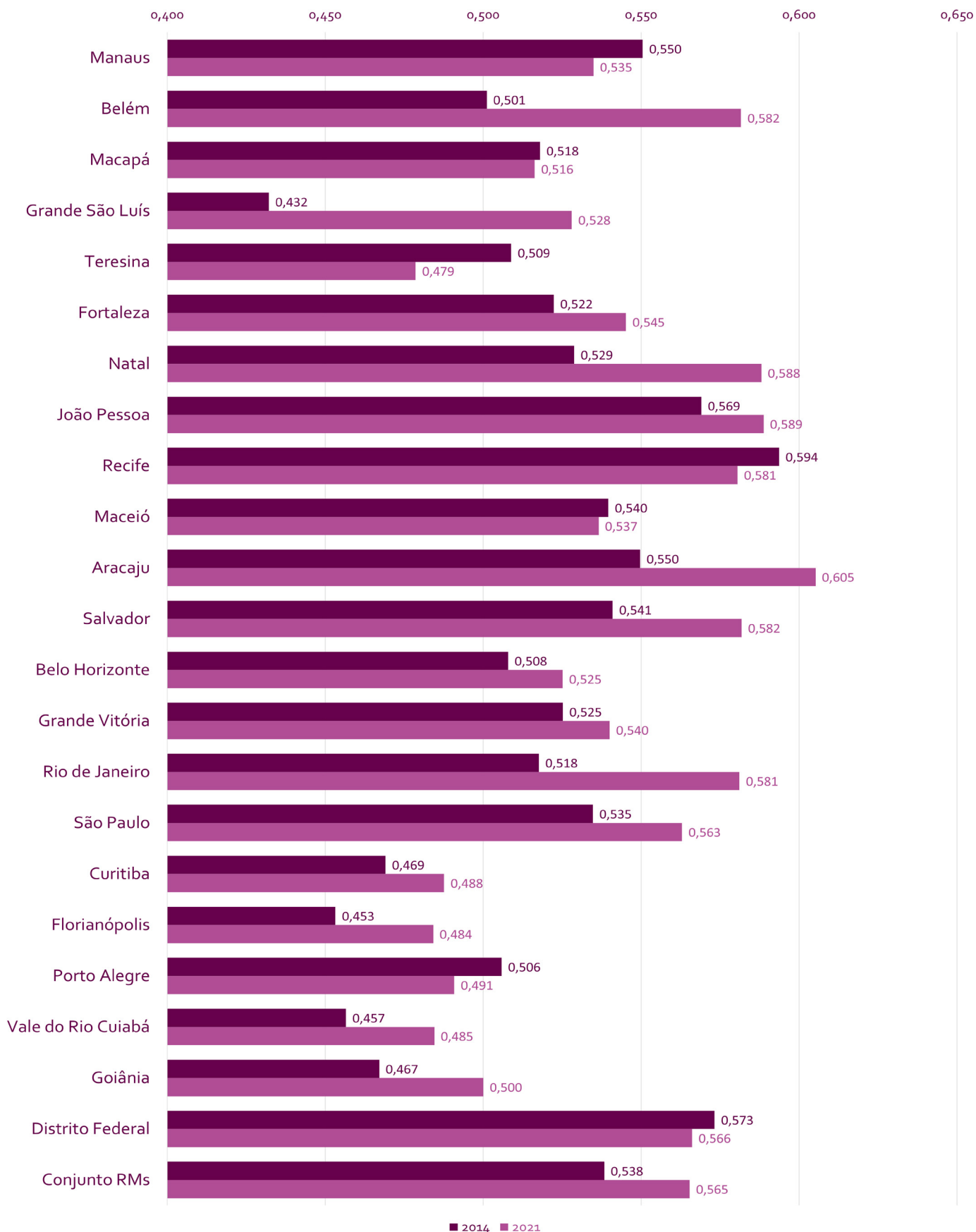
no período de 7 anos. As exceções, isto é, regiões em que houve redução da desigualdade, foram as Regiões Metropolitanas de Manaus, Macapá, Teresina, Recife, Maceió, Porto Alegre e Distrito Federal. Em 2021, as metrópoles que registraram os maiores coeficientes de Gini e, portanto, maior desigualdade de renda foram as Regiões Metropolitanas de Aracaju (0,605), João Pessoa (0,589), Natal (0,588), Salvador (0,582) e Belém (0,582). No outro extremo, as metrópoles com menores coeficientes de Gini, em ordem decrescente, foram as Regiões Metropolitanas de Porto Alegre (0,491), Curitiba (0,488), Vale do Rio Cuiabá (0,485), Florianópolis (0,484) e Teresina (0,479).



**FIGURA 1: Evolução da média do coeficiente de Gini\* - Conjunto das Regiões Metropolitanas do Brasil**

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.

Nota: (\*) Calculado a partir da renda domiciliar per capita (valores constantes, 2021 / IPCA).



**FIGURA 2: Coeficiente de Gini\* - Regiões Metropolitanas do Brasil**

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.

Nota: (\*) Calculado a partir da renda domiciliar per capita (valores constantes, 2022 / IPCA).



## 03 ESTRATOS DE RENDIMENTO

Nesta seção são apresentados a média e a variação recente dos rendimentos de três estratos de renda: os 40% da base da distribuição de renda, considerados os mais pobres, os 50% intermediários e os 10% do topo da distribuição, considerados os mais ricos. Além disso, apresentamos também a razão entre os rendimentos do estrato dos mais ricos e dos mais pobres. Essas informações buscam complementar aquelas verificadas a partir do coeficiente de Gini, apresentadas na seção anterior. O coeficiente de Gini tem a vantagem de resumir toda a desigualdade da distribuição em um único valor. Porém, como índice sintético não permite avaliar quais estratos ganharam ou perderam ao longo do período analisado. Além disso, por ser o Gini mais sensível às mudanças no meio da distribuição, é indicado complementar a análise com as razões de renda entre os estratos superiores e inferiores – medida mais sensível à desigualdade entre os extremos da pirâmide social, que caracteriza o fenômeno no Brasil.

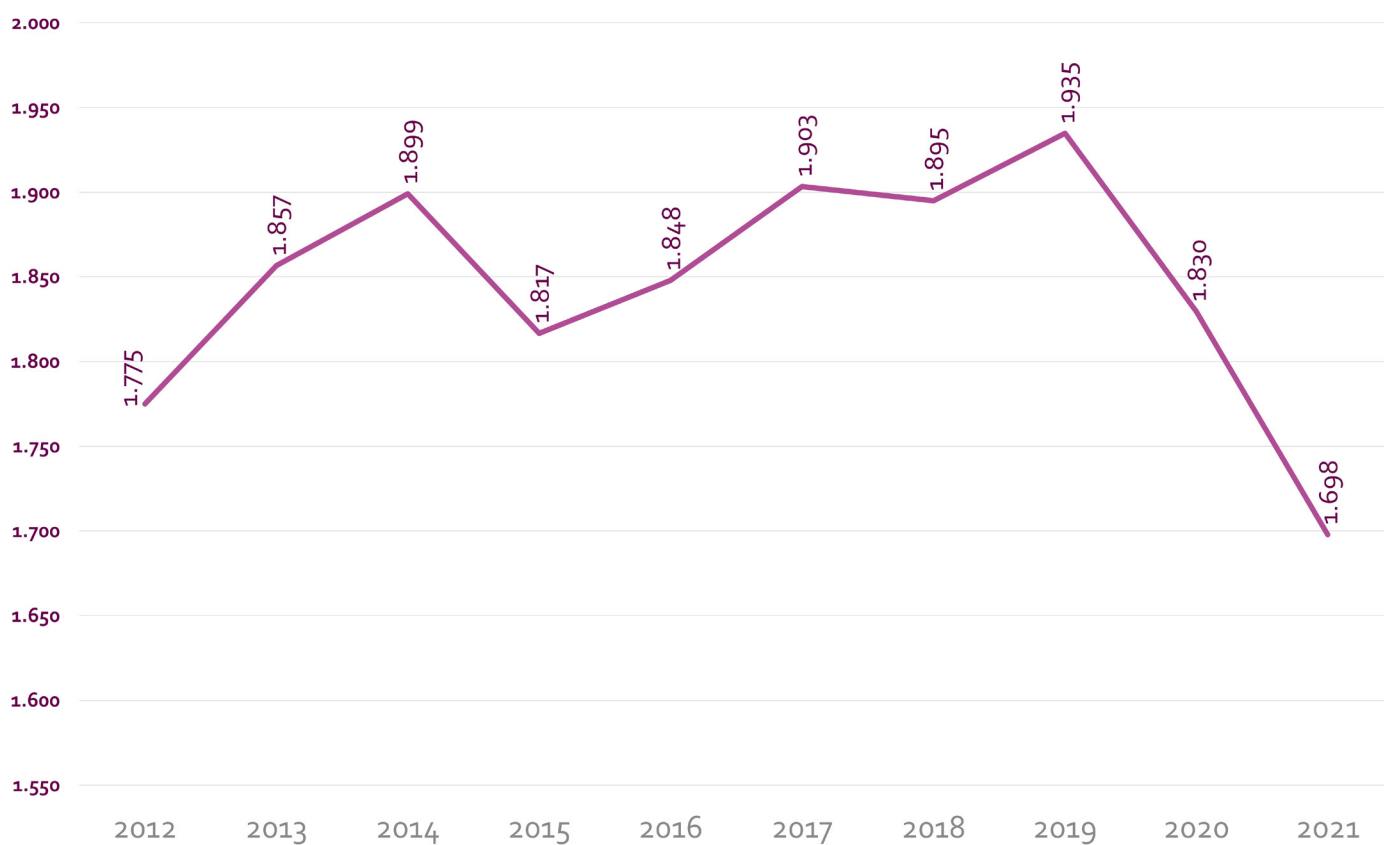
Na figura 3 está plotada a evolução da média de rendimentos para o conjunto das Regiões Metropolitanas. O rendimento médio cresceu entre 2012 e 2014, quando sofreu uma queda brusca, chegando a R\$ 1.817, em 2015. A partir disso houve um crescimento estável até 2019, quando chega a R\$ 1.935. Em 2020 o rendimento sofre quedas bruscas e sucessivas em 2020 e 2021, alcançando o menor valor da série histórica: R\$ 1.698. Os dados específicos para cada uma das metrópoles estão expostos no anexo, na

tabela 2A.

Na figura 4 está exposta uma comparação entre a média de rendimentos entre 2014 e 2021 para cada uma das Regiões Metropolitanas. O comportamento da maioria das Regiões Metropolitanas foi de queda brusca da média de rendimentos no período, semelhante ao resultado para o conjunto delas. As exceções foram as Regiões Metropolitanas de Belém, de Grandes São Luís, de Natal e do Rio de Janeiro, que apresentaram aumento dos rendimentos no período. Em 2021, as Regiões Metropolitanas com menor rendimento, em ordem crescente, foram Grande São Luís (R\$ 938), Manaus (R\$ 967), Macapá (R\$974), Teresina (R\$1.001) e Maceió (R\$ 1.042). Já as Regiões Metropolitanas com maiores rendimentos, em ordem crescente, foram Rio de Janeiro (R\$1.863), Porto Alegre (R\$1.947), São Paulo (R\$2.053), Florianópolis (R\$2.282) e o Distrito Federal (R\$ 2.476).

Na figura 5 está plotado a variação percentual do rendimento médio segundo o estrato de renda entre 2014 e 2021, o que permite verificar os ganhos ou perdas relativas do rendimento médio por estrato de renda em relação a 2014, ano que correspondeu ao final da trajetória anterior de aumento do rendimento médio no conjunto das Regiões Metropolitanas do país.

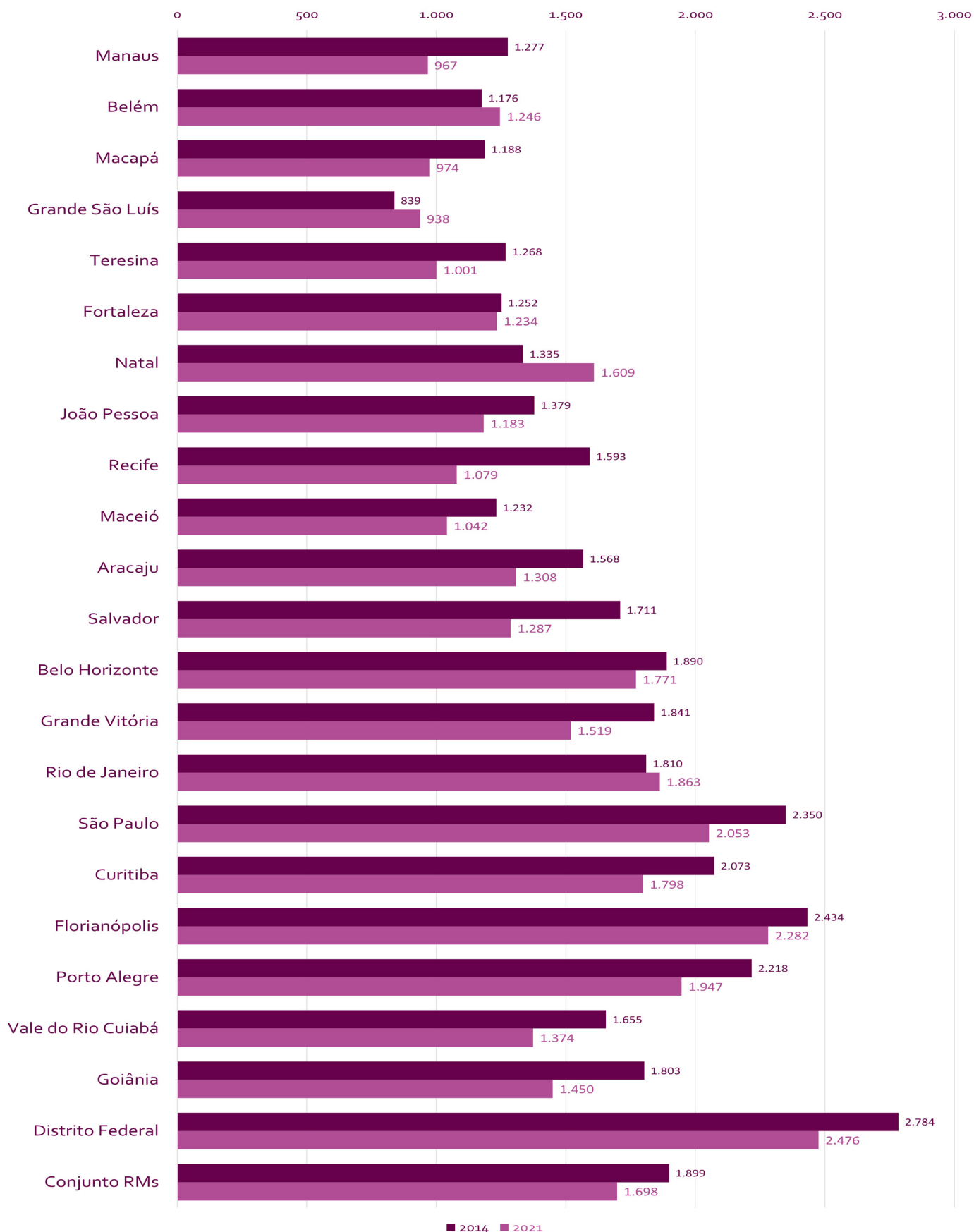
Os estratos de maior renda, corresponde aos 10% do topo da distribuição, apresentaram queda no rendimento médio em 2015, mas recuperou essas



**FIGURA 3: Evolução da média de rendimentos\* - Conjunto das Regiões Metropolitanas do Brasil**

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.

Nota: (\*) Calculado a partir da renda domiciliar per capita (valores constantes, 2022 / IPCA).

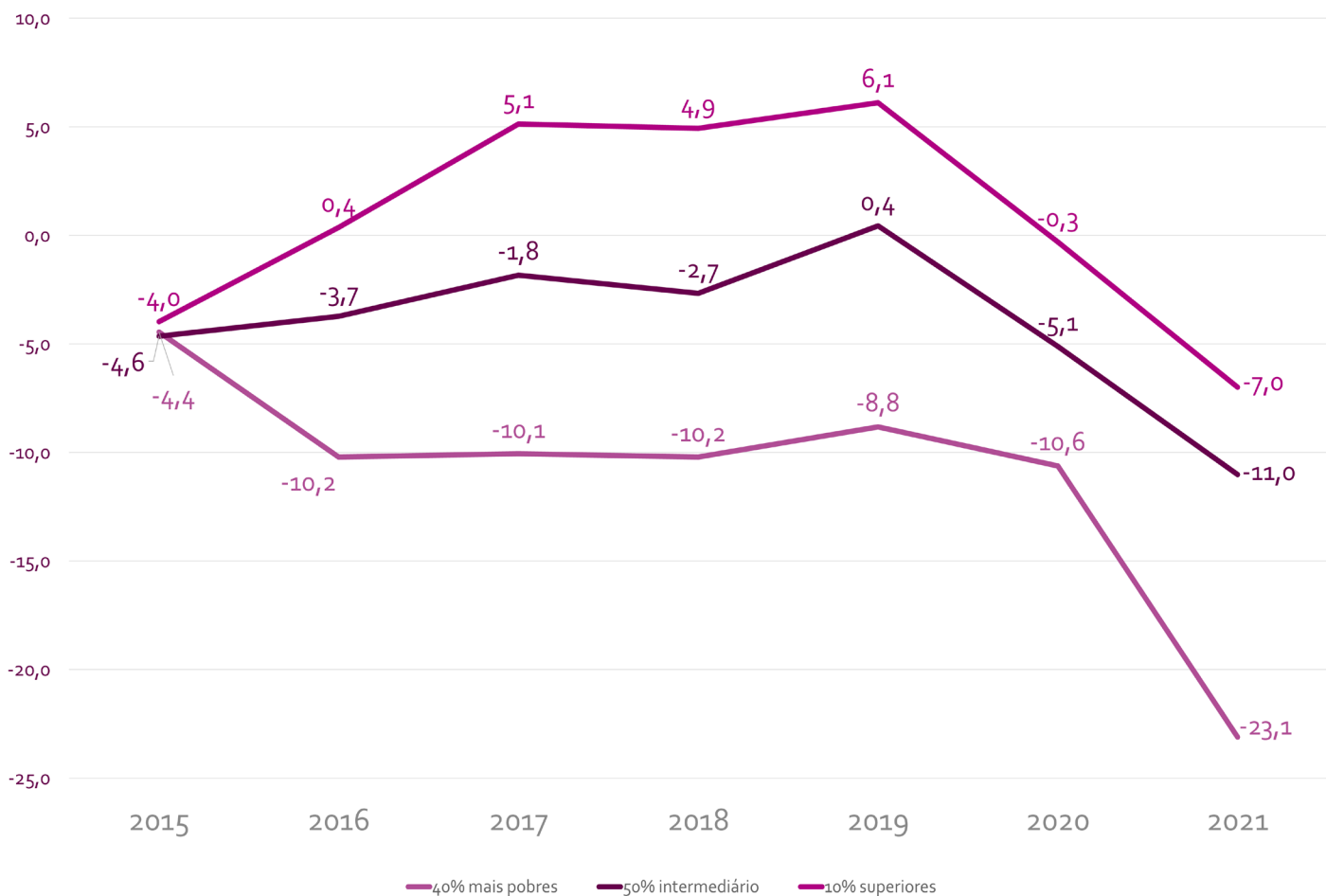


**FIGURA 4: Média da renda domiciliar per capita\* - Regiões Metropolitanas do Brasil**

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.

Nota: (\*) Calculado a partir da renda domiciliar per capita (valores constantes, 2022 / IPCA).





**FIGURA 5: Variação (%) do rendimento médio em relação ao ano de 2014 por estrato de renda – Conjunto das Regiões Metropolitanas do Brasil**

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.

Nota: (\*) Calculado a partir da renda domiciliar per capita (valores constantes, 2022 / IPCA).

perdas nos anos seguintes até 2018, a partir de então houve perdas em todos os anos até 2021, neste último ano registrando menos 7% de variação do rendimento médio em relação a 2014.

Os estratos intermediários de renda, correspondente aos 50% entre os 10% do topo e os 40% da base da distribuição de renda, apresentaram perdas entre 2015 e 2017, apesar de terem sido menores a cada ano subsequente, permitindo apresentar elevação de 0,4% em 2018 na comparação com 2014. Porém, a partir desse ano, voltaram a registrar perdas, registrando seu pior desempenho em 2011, com queda de 11% do rendimento médio em relação ao ano de 2014.

Os estratos de menor renda, correspondente aos 40% da base da distribuição, apresentaram perdas em todos os anos da série histórica. O nível de rendimento médio praticamente se manteve entre 2016 e 2020, com pequenas oscilações nesse período, em praticamente 10% menor do que o verificado em 2014, mas no ano seguinte – em 2021 – a queda foi muito elevada, pois foi registrado uma perda de 23% em relação ao ano de 2014.

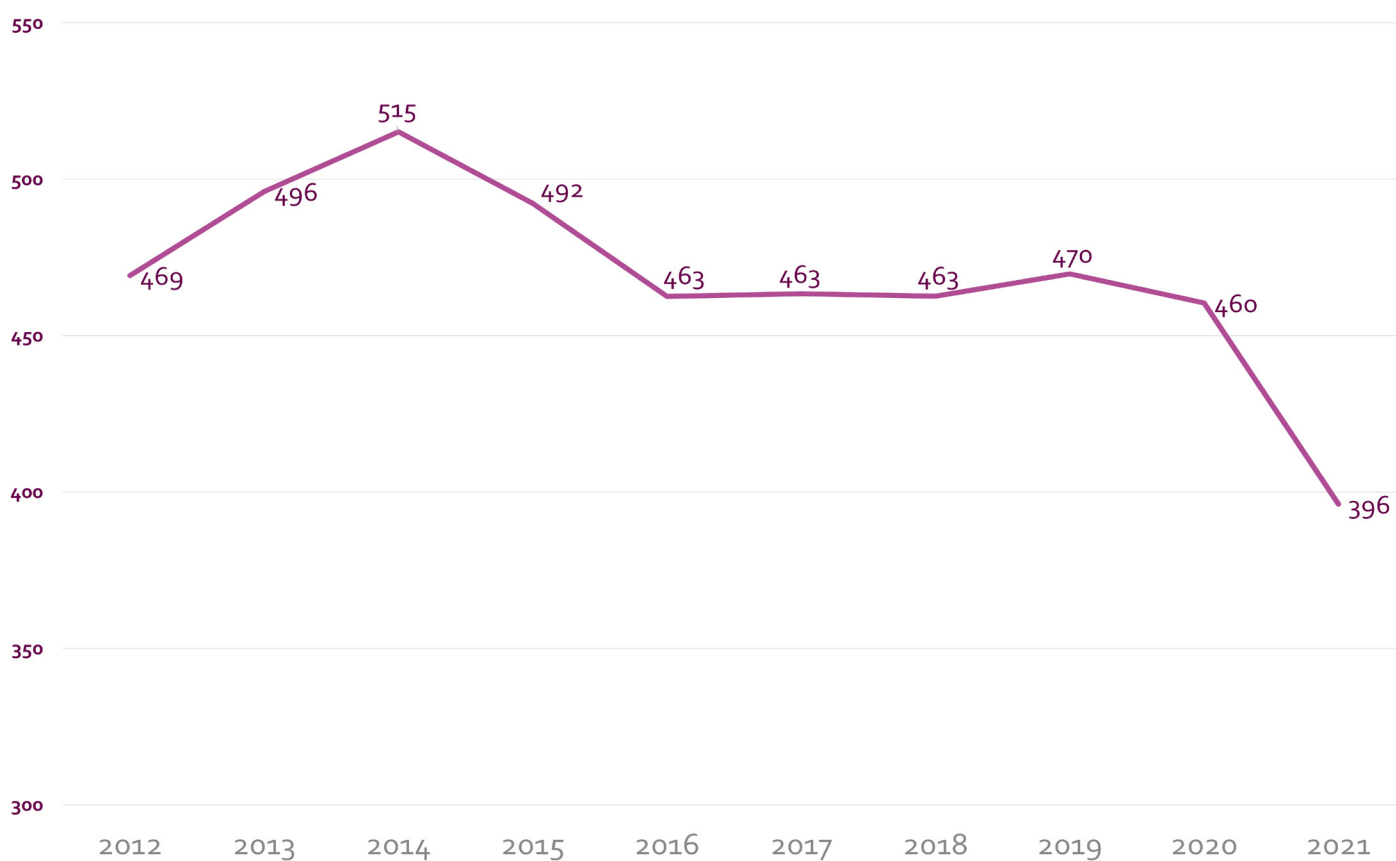
Na figura 6 está exposta a evolução da média de rendimentos dos 40% mais pobres em cada ano ao longo da série histórica. O que se percebe é um processo semelhante ao indicado na figura anterior, onde existe um ápice do rendimento desse conjunto da população em 2014, chegando a R\$ 515. Entre 2014

e 2016 ocorre uma queda seguida por um período de relativa estabilidade até 2020. Percebe-se forte queda no rendimento entre 2020 e 2021, ano em que esse valor atinge o mais baixo da série histórica: R\$ 396. Os dados específicos para cada uma das metrópoles estão expostos no anexo, na tabela 3A.

A queda de rendimento dos mais pobres entre 2014 e 2021 se verifica também para todas as Regiões Metropolitanas como mostrado na figura 7. Em 2021, os rendimentos mais baixos para a população mais pobre foram registrados, em ordem decrescente, nas Regiões Metropolitanas de Aracaju (R\$271), João Pessoa (R\$267), Grande São Luís (R\$251), Recife (R\$246) e Manaus (R\$246). Já os rendimentos mais altos entre o estrato dos 40 % mais pobres foram registrados, em ordem crescente, nas Regiões Metropolitanas de São Paulo (R\$500), Distrito Federal (R\$531), Curitiba (R\$581), Porto Alegre (R\$619) e Florianópolis (R\$761).

A evolução da razão de rendimento entre o estrato mais rico (10% do topo da distribuição) e o estrato mais pobre (40% da base da distribuição), para o conjunto das Regiões Metropolitanas, está plotada na figura 8. A razão de rendimentos tem comportamento semelhante ao do coeficiente de Gini, exposto na figura 1, com uma leve redução entre 2012 e 2015, seguida de um crescimento das desigualdades até 2017 e de uma sucessiva queda entre 2018 e 2020.

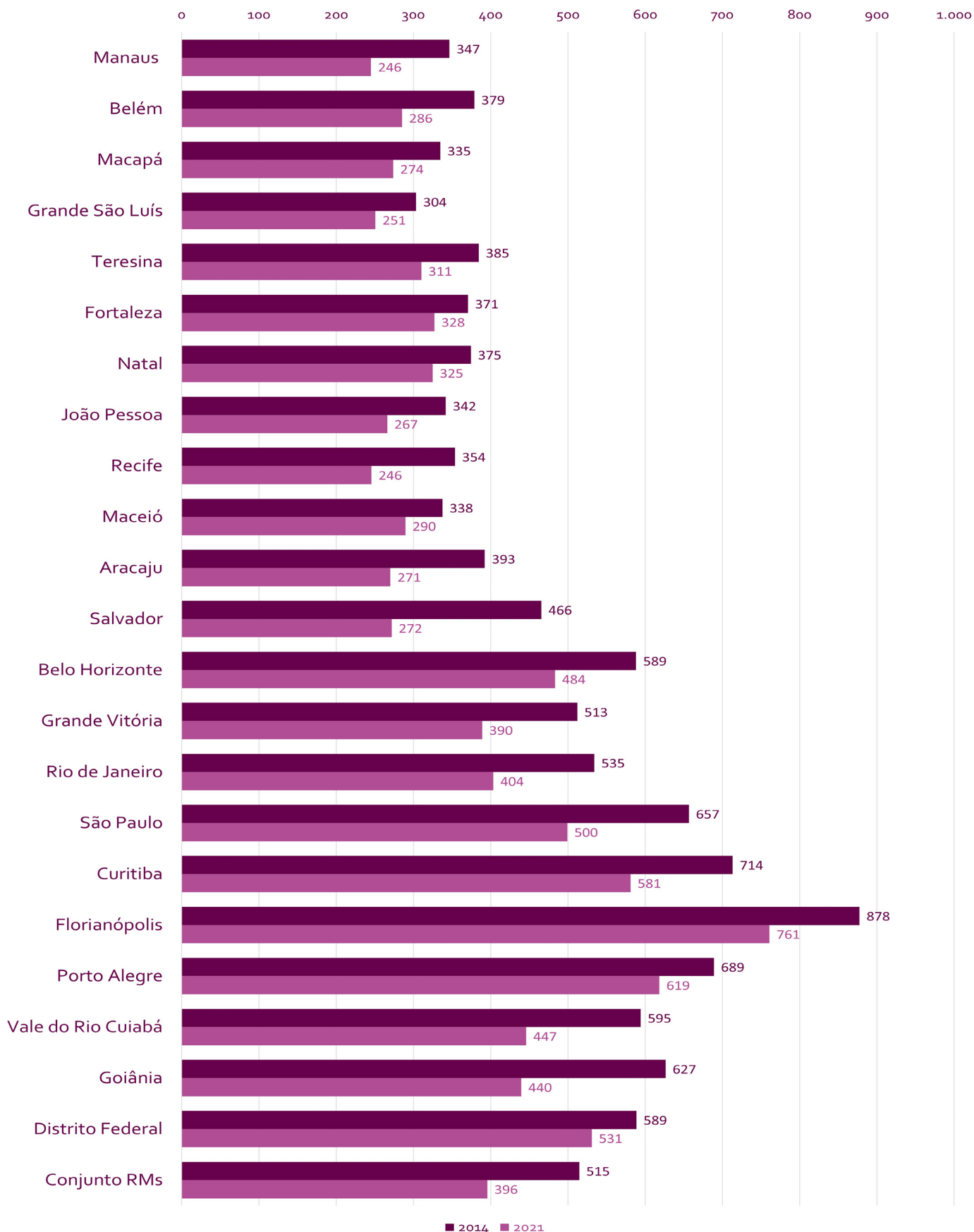
Logo em seguida se registra grande elevação das



**FIGURA 6: Média de rendimentos\* dos 40% mais pobres – Conjunto das Regiões Metropolitanas do Brasil**

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.

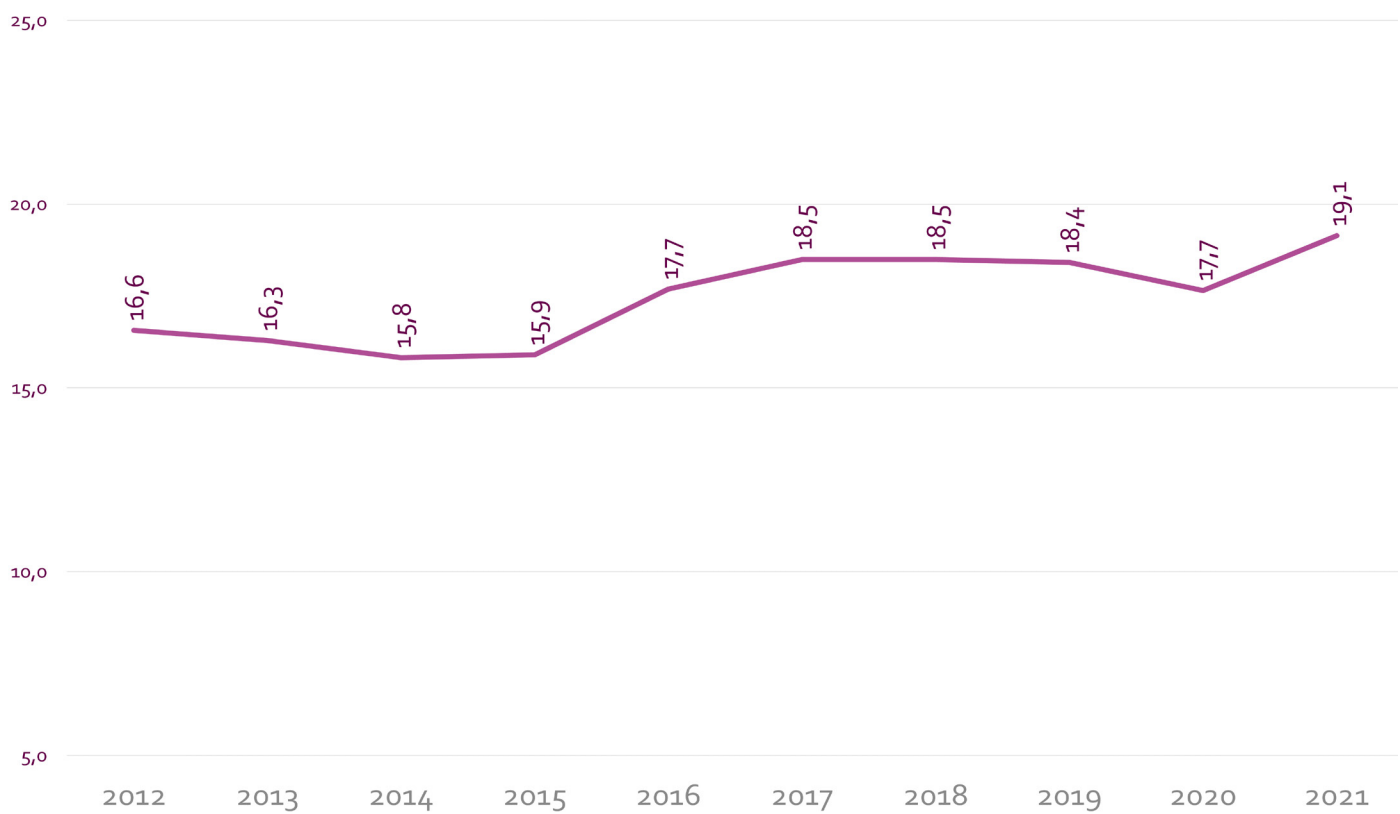
Nota: (\*) Calculado a partir da renda domiciliar per capita (valores constantes, 2022 / IPCA).



**FIGURA 7: Média de rendimentos\* dos 40% mais pobres – Regiões Metropolitanas do Brasil**

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.

Nota: (\*) Calculado a partir da renda domiciliar per capita (valores constantes, 2022 / IPCA).



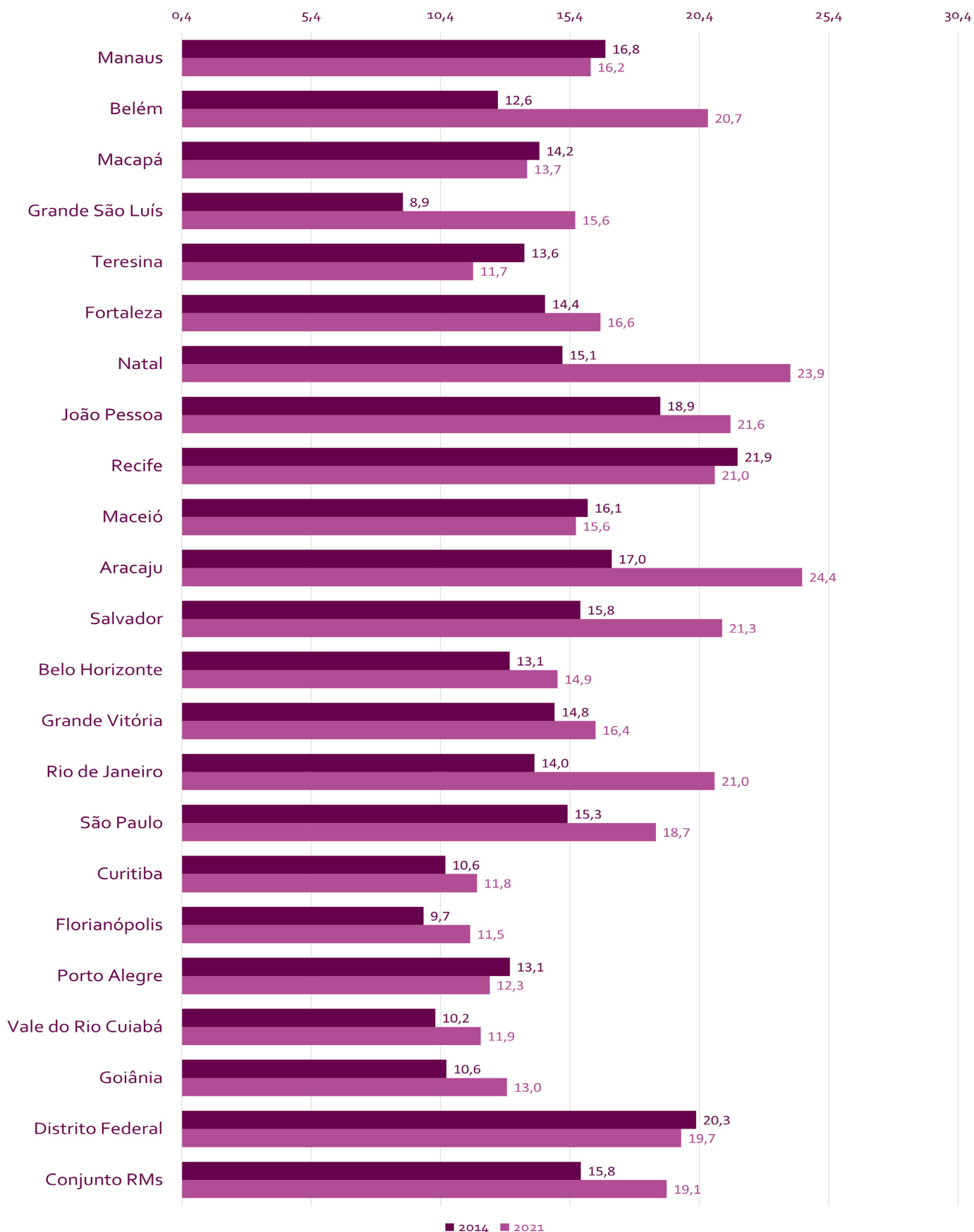
**FIGURA 8: Razão de rendimentos\* entre os 10% do topo e os 40% da base da distribuição - Conjunto das Regiões Metropolitanas**

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.

Nota: (\*) Calculado a partir da renda domiciliar per capita (valores constantes, 2022 / IPCA).

desigualdades. Em 2021 a razão de rendimentos chega a 19,1, isso indica que os 10% do topo da distribuição ganham, em média, 19,1 vezes mais do que os 40% que estão na base da distribuição de renda. Os dados específicos para cada uma das metrópoles estão expostos no anexo, na tabela 4A.

A comparação entre a razão de rendimentos registrada em 2014 e 2021 para cada uma das Regiões Metropolitanas está exposta na figura 9. Na maioria delas se registrou aumento da razão de rendimentos, com exceção das Regiões Metropolitanas de Manaus, Macapá, Teresina, Recife, Maceió, Porto Alegre e Distrito Federal, onde foram registradas pequenas quedas nesta razão. Em 2021, as Regiões Metropolitanas onde se registaram as maiores razões de rendimentos entre os mais pobres e os mais ricos, em ordem crescente, foram Recife (21,0), Salvador (21,3), João Pessoa (21,6), Natal (23,9) e Aracaju (24,4). No outro oposto, as metrópoles em que foram registradas menores desigualdades de renda indicadas pela razão de rendimentos, em ordem decrescente, foram as Regiões Metropolitanas de Porto Alegre (12,3), Vale do Rio Cuiabá (11,9), Curitiba (11,8), Teresina (11,7) e Florianópolis (11,5).



**FIGURA 9: Razão de rendimentos\* entre os 10% do topo e os 40% da base da distribuição - Regiões Metropolitanas do Brasil**

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.

Nota: (\*) Calculado a partir da renda domiciliar per capita (valores constantes, 2022 / IPCA).

# 04 POBREZA E EXTREMA POBREZA

Além da desigualdade de renda, é importante também considerar a pobreza absoluta e sua evolução no período. Diferente dos indicadores de desigualdade, que tratam da forma como a renda é distribuída, a pobreza diz respeito à quantidade de indivíduos que recebem rendimentos abaixo de um valor mínimo (linha de pobreza). Essa quantidade varia em função tanto do volume de recursos disponíveis como da maneira como tais recursos estão distribuídos. Cenários de crescimento econômico e/ou redução das desigualdades tendem a induzir uma redução na taxa de pobreza, enquanto contextos de recessão econômica e/ou elevação das desigualdades costumam vir acompanhados de aumento da mesma.

A pobreza pode ser entendida, de modo genérico, como a circunstância na qual necessidades básicas não são atendidas de forma adequada, sendo considerada, portanto, uma situação de privação. Ou seja, é entendido como pobre aquele indivíduo que não dispõe dos meios minimamente necessários para participar adequadamente da vida na sociedade em que está inserido. Um dos maiores desafios para se estudar este fenômeno é a definição do que seriam essas necessidades básicas, esse mínimo necessário, e então o valor monetário a ele correspondente - a chamada linha de pobreza. Há diversos métodos para se chegar a este valor e uma significativa variação entre as linhas de pobreza estabelecidas em diferentes países, regiões e/ou momentos históricos. Neste boletim, adotaremos

linhas de pobreza definidas pelo Banco Mundial, amplamente utilizadas ao redor do mundo e no Brasil.

Para o acompanhamento da pobreza global, as Nações Unidas e o Banco Mundial estabeleceram inicialmente a medida de US\$ 1,00 por dia, ainda na década de 1990. Este valor tem sido atualizado constantemente, e hoje está em US\$1,90 - baseado no cálculo da Paridade de Poder de Compra (PPC) de 2017<sup>1</sup>. Tal patamar se justifica por ser válido como linha de pobreza mesmo para os países mais pobres do globo, se constituindo, portanto, como um mínimo a ser perseguido por todo e qualquer país. Essa importante medida foi utilizada nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – ODM – e está presente na Agenda 2030 para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS.

Mais recentemente, no entanto, a partir do ano de 2007, o Banco Mundial adicionou duas outras opções de linhas de pobreza em suas publicações. A primeira delas se aplica aos países de renda média-baixa e tem o valor de US\$ 3,20 PPC; a segunda, por sua vez, é

---

<sup>1</sup> Elaborada a partir de uma pesquisa mundial de preços de bens e serviços, a taxa de câmbio medida em PPC permite a comparação do valor real das moedas em determinado momento. A fim de garantir a comparabilidade da série histórica, o Banco Mundial continua adotando o PPC revisado de 2011. Aqui, no entanto, dado que trabalhamos com informações de 2012 até 2021, preferimos utilizar a atualização do PPC feita em 2017.



sugerida para os países de renda média-alta<sup>1</sup> e seu valor é de US\$ 5,50 PPC. O Brasil é classificado como país de rendimento médio-alto e por essa razão a linha de pobreza de US\$ 5,50 PPC tem sido utilizada com frequência nos estudos nacionais, inclusive pelo IBGE<sup>2</sup>.

Nesta publicação, trabalharemos com duas linhas: US\$ 5,50 PPC para pobreza e US\$ 1,90 PPC para a extrema pobreza. Para tanto, os valores foram primeiro convertidos em reais (R\$) a partir da Paridade de Poder de Compra (PPC) de 2017; posteriormente, foram então deflacionados para valores médios de 2021, por meio do IPCA. Em valores de 2021, a linha de pobreza é de aproximadamente R\$ 465 e a linha de extrema pobreza é de aproximadamente R\$ 160. Ou seja, moradores de domicílios cuja renda per capita se encontra abaixo de tais valores serão classificados como pobres e/ou extremamente pobres.

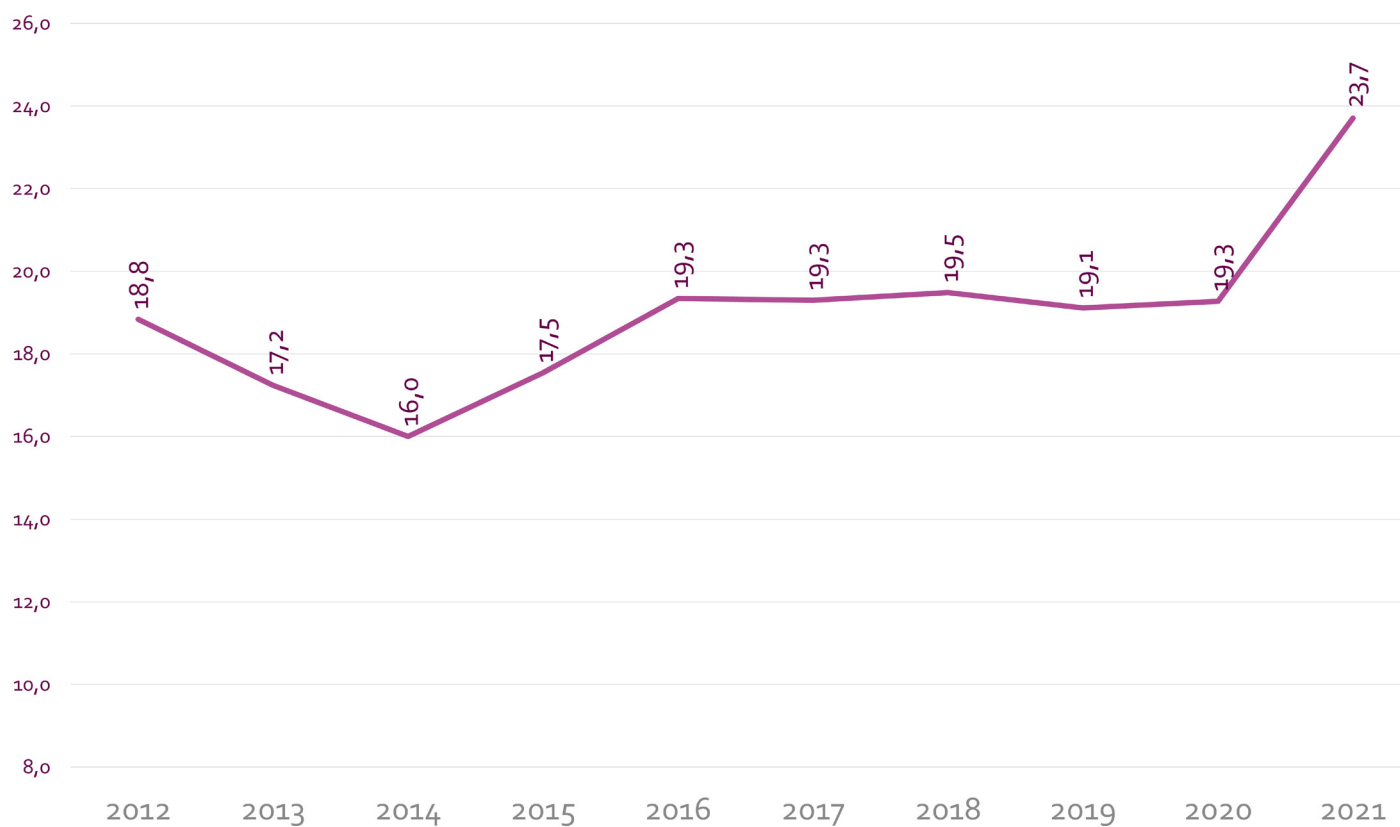
Na figura 10 está exposta a evolução do percentual da população do conjunto das Regiões Metropolitanas brasileiras que se encontra em situação de pobreza. Essa taxa cai entre 2012 e 2014, quando apresenta o menor valor da série, 16%. A partir daí sobe por dois anos e depois se estabiliza em cerca de 19% até 2020.

Em 2021 essa taxa sobe bruscamente e chega a 23,7% da população metropolitana em situação de pobreza, o maior valor da série histórica. Os dados específicos para cada uma das metrópoles estão expostos no anexo, na tabela 5A.

Na figura 11 está exposto o mesmo dado, percentual da população em situação de pobreza, para cada uma das Regiões Metropolitanas do Brasil nos anos de 2014 e 2021. Ao longo do período de 7 anos essa taxa aumentou para todas as Regiões Metropolitanas e na maior parte delas se registrou um aumento bastante elevado. Em quase todas as Regiões Metropolitanas do Nordeste e do Norte, com exceção de Fortaleza e Natal, essa taxa ultrapassou um terço da população em 2021. As Regiões Metropolitanas em que a taxa de pessoas em situação de pobreza foi mais alta, em ordem crescente, foram as regiões de Macapá (38,3%), João Pessoa (39,2%), Recife (39,7%), Grande São Luís (40,1%) e Manaus (41,8%). Já as Regiões Metropolitanas em que se registraram as menores taxas de pobreza foram São Paulo (17,8%), Distrito Federal (15,1%), Curitiba (13,1%), Porto Alegre (11,4%) e Florianópolis (9,9%)

1 <https://datahelpdesk.worldbank.org/knowledgebase/articles/906519>

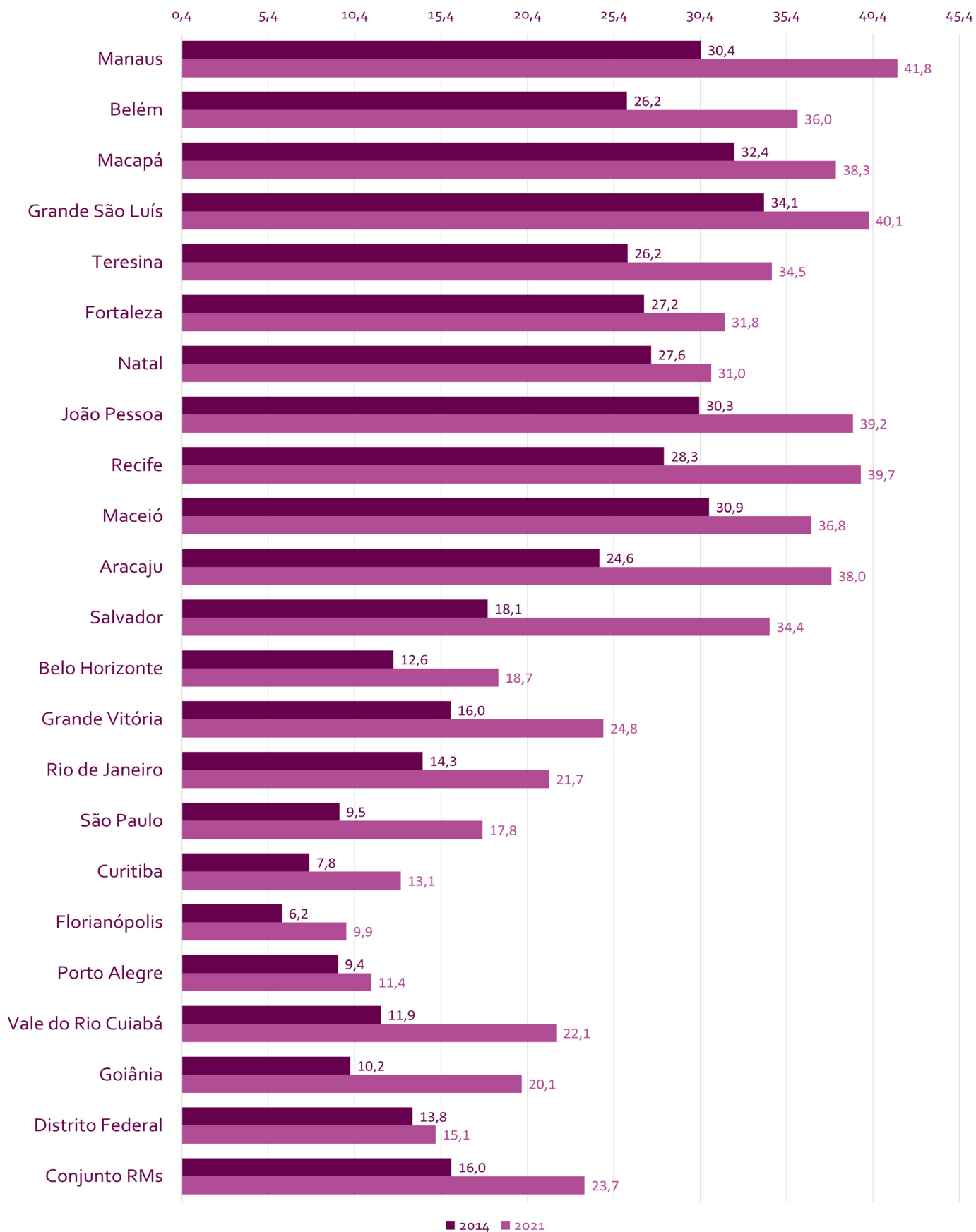
2 <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101760.pdf>



**FIGURA 10: Pessoas em Situação de Pobreza\* - Conjunto das Regiões Metropolitanas (%)**

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.

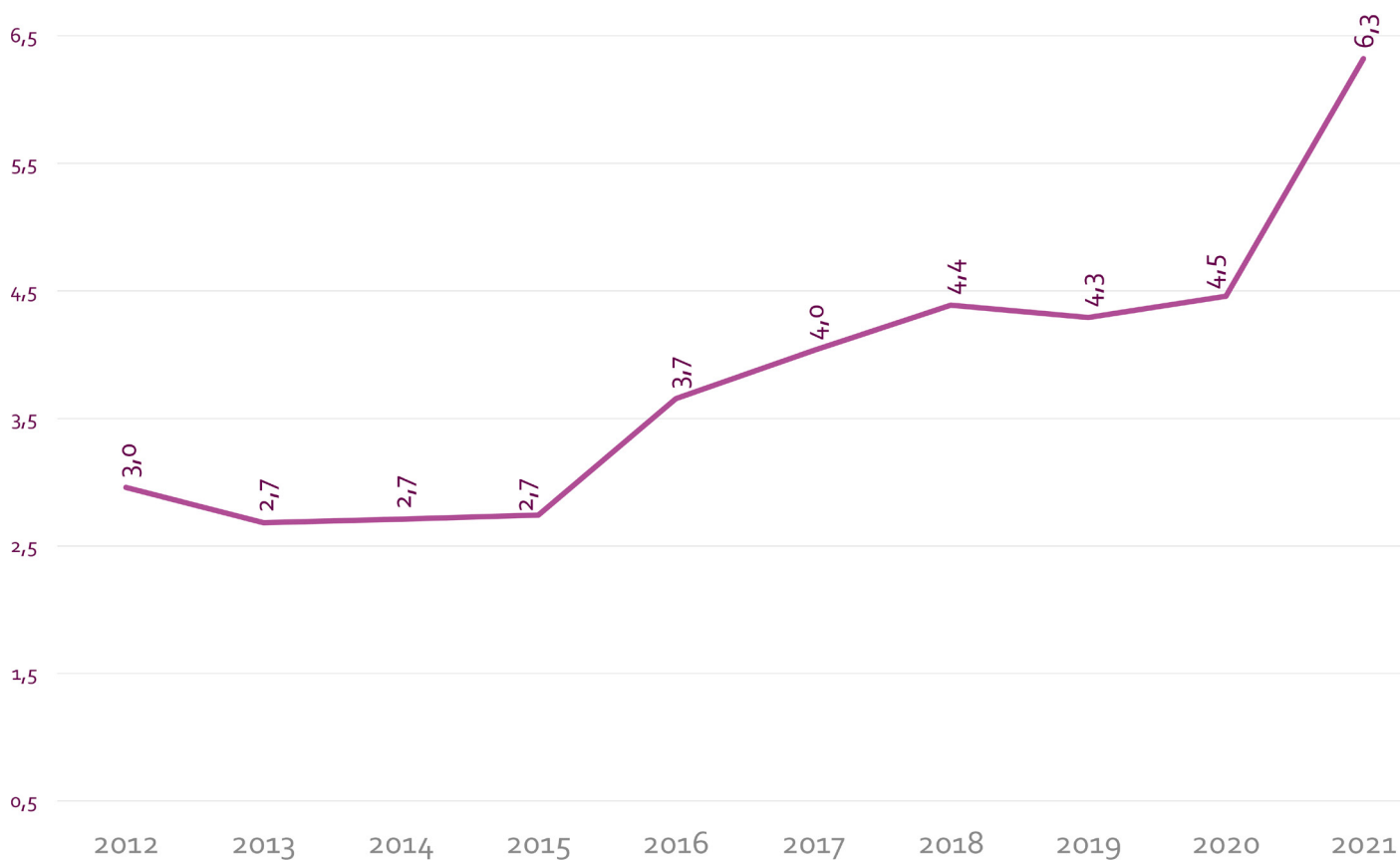
Nota: (\*) até US\$ 5,50/dia (PPC 2017)



**FIGURA 11: Pessoas em Situação de Pobreza\* - Regiões Metropolitanas do Brasil (%)**

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.

Nota: (\*) até US\$ 5,50/dia (PPC 2017)



**FIGURA 12: Pessoas em Situação de Extrema Pobreza\* - Conjunto das Regiões Metropolitanas (%)**

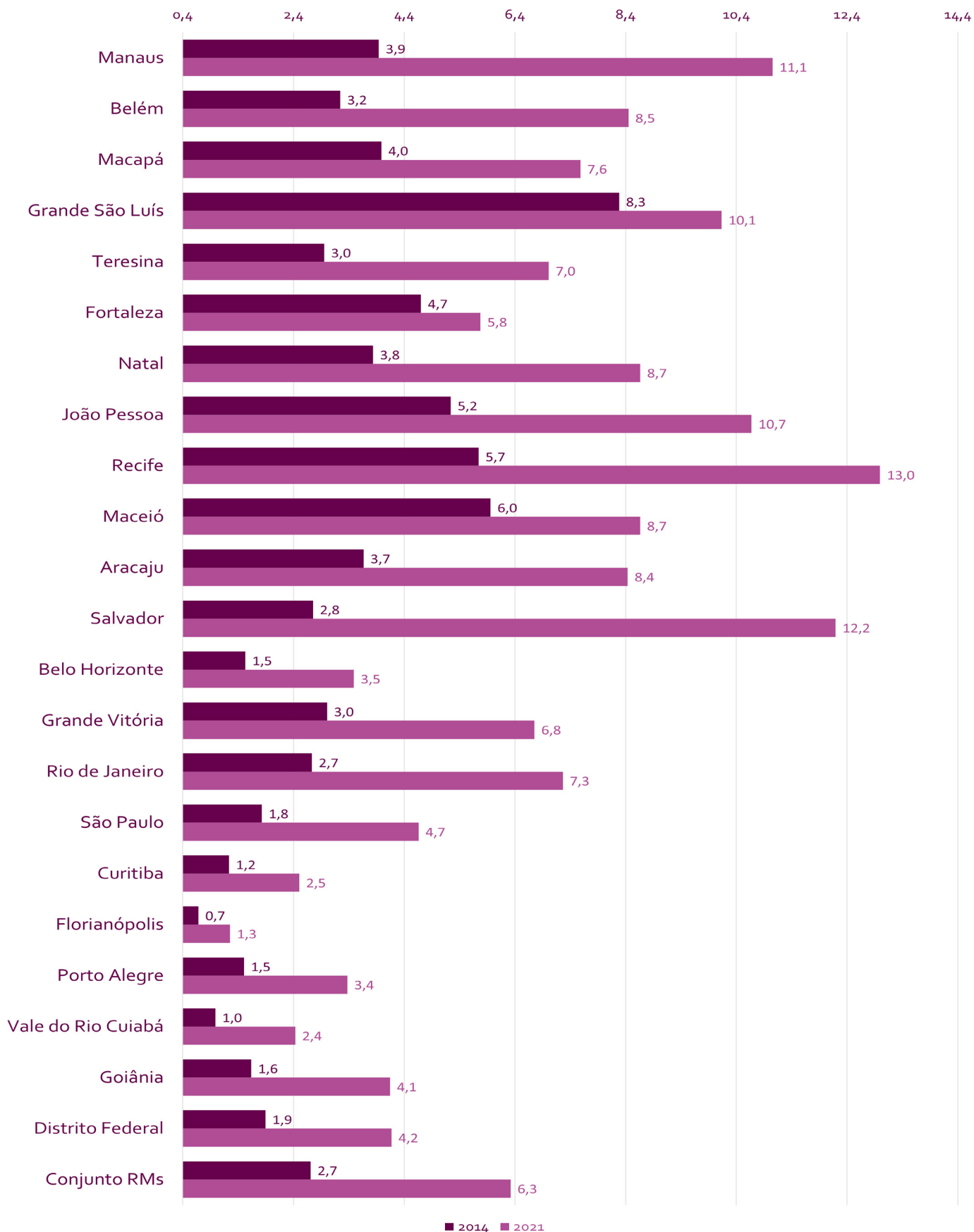
Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.

Nota: (\*) até US\$ 1,90/dia (PPC 2017)

Na Figura 12 temos a evolução do percentual da população do conjunto das Regiões Metropolitanas que se encontra em situação de extrema pobreza, isto é, que vive em domicílios em que a renda per capita é inferior a R\$ 160 por mês. Constatamos que após uma leve redução entre 2012 e 2013, essa taxa vem crescendo sucessivamente todos os anos, em que pese um certo período de estabilidade entre 2013 e 2015 e entre 2018 e 2020. Assim como registrado para a situação de pobreza, a taxa de pessoas em situação de extrema pobreza saltou entre 2020 e 2021, chegando a 6,3% da população das metrópoles brasileiras. Esse valor é mais do que o dobro registrado sete anos antes. Os dados específicos para cada uma das metrópoles estão expostos no anexo, na tabela 6A.

A comparação entre o percentual de pessoas em situação de pobreza em 2014 e em 2021 para cada uma das Regiões Metropolitanas do Brasil é feita na figura 13 e nela podemos constatar que essa taxa mais do que dobrou na grande maioria das metrópoles ao longo do período analisado. As Regiões Metropolitanas em que a taxa de Extrema Pobreza foi mais alta, em ordem crescente, foram as regiões metropolitanas da Grande São Luís (10,1%), João Pessoa (10,7%), Manaus (11,1%), Salvador (12,2%) e Recife (13,0%). Já as regiões em que essa taxa foi mais baixa, em ordem decrescente, foram Belo Horizonte (3,5%), Porto Alegre (3,4%), Curitiba (2,5%), Vale do Rio Cuiabá (2,4%) e Florianópolis (1,3%).

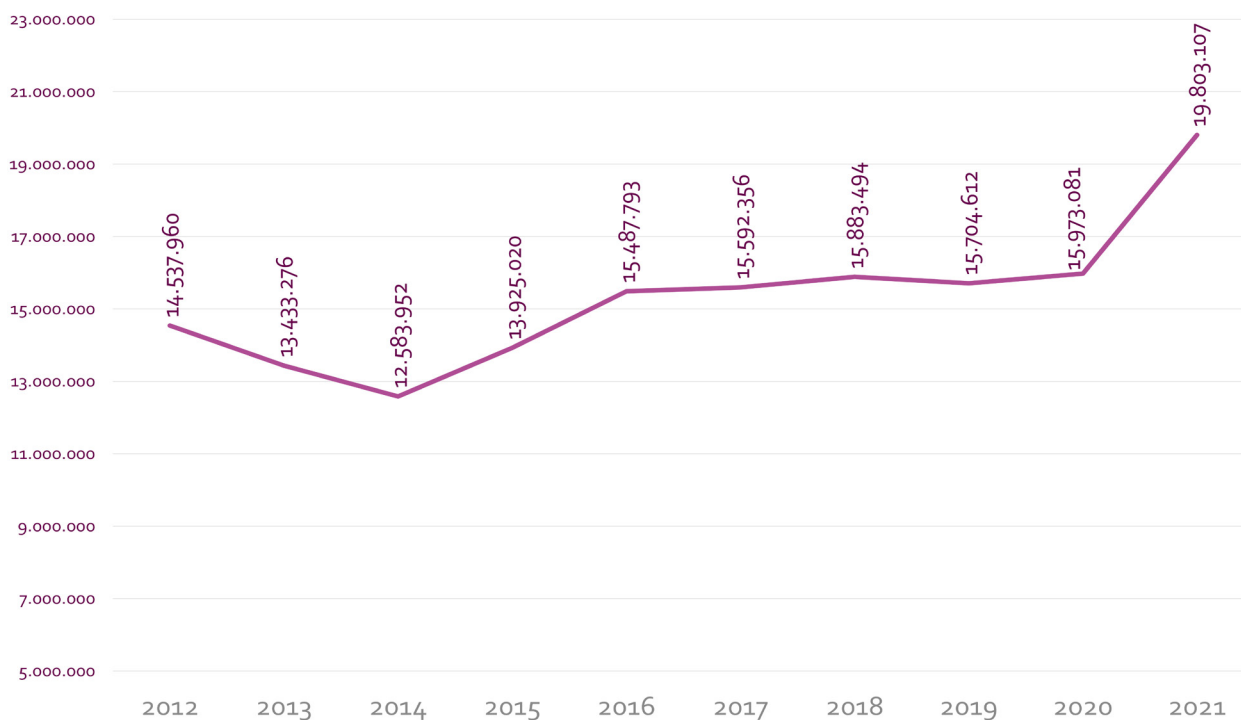
Na Figura 14 e 15 estão expostos gráficos análogos aos expostos nas figuras 10 e 12, mas apresentando o total de pessoas em situação de pobreza e extrema pobreza em valores absolutos. Observa-se que em 2021, o total de pessoas em situação de pobreza no conjunto das Regiões Metropolitanas era de 19.803.107, isso indica que nos últimos 7 anos, desde 2014, 7.219.155 pessoas entraram na faixa de pobreza, sendo 3.830.026 apenas no último ano. Isso significa que o número de pessoas em situação de pobreza cresceu 24% apenas no último ano. Já para os indicadores de extrema pobreza, observa-se que em 2021, 5.280.733 pessoas estavam em situação de extrema pobreza no conjunto das Regiões Metropolitanas brasileiras. Esse valor é maior que o registrado em 2014 em 3.149.191 pessoas, indicando que mais de 3 milhões de brasileiros entraram na situação de extrema pobreza nestes últimos sete anos. Só no último ano esse valor cresceu em 1.584.496 pessoas, um crescimento de 43%. Os dados específicos para cada uma das metrópoles estão expostos no anexo, na tabela 7A e 8A.



**FIGURA 13: Pessoas em Situação de Extrema Pobreza\* - Regiões Metropolitanas do Brasil (%)**

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.

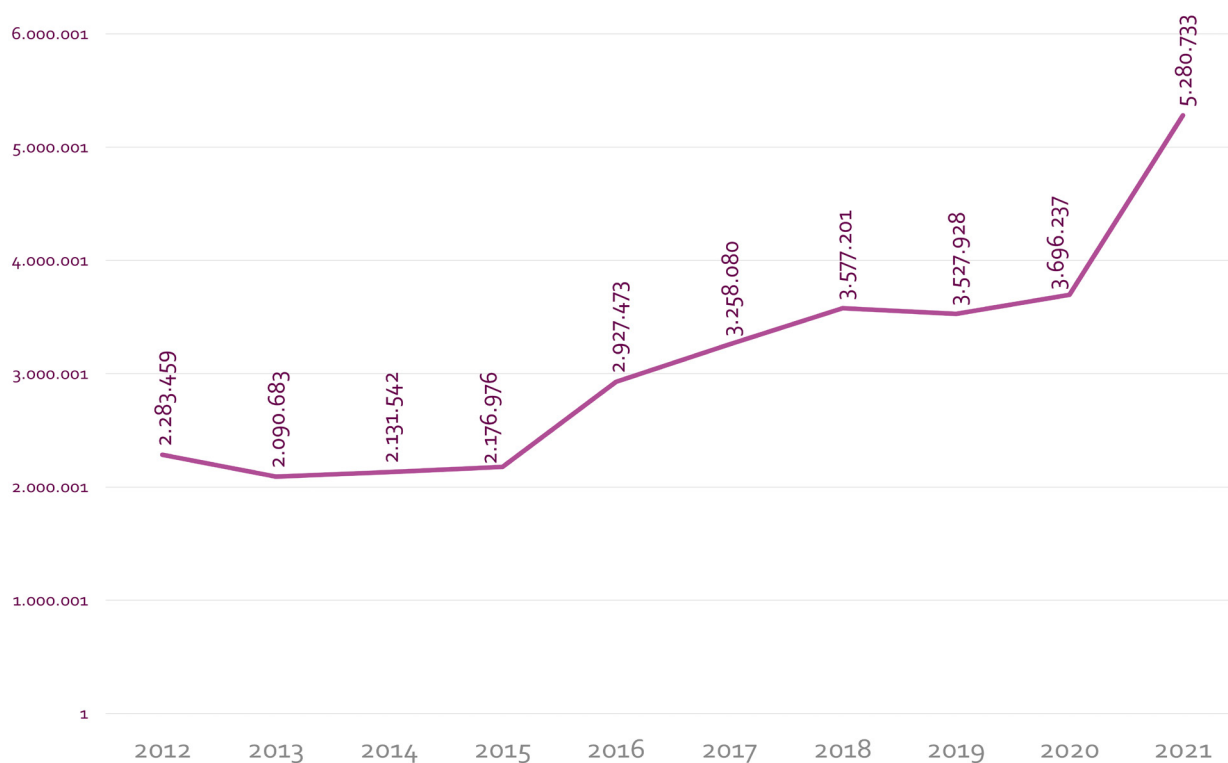
Nota: (\*) até US\$ 1,90/dia (PPC 2017)



**FIGURA 14: Número de Pessoas em Situação de Pobreza\* - Conjunto das Regiões Metropolitanas**

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.

Nota: (\*) até US\$ 5,50/dia (PPC 2017)



**FIGURA 15: Número de Pessoas em Situação de Extrema Pobreza\* - Conjunto das Regiões Metropolitanas**

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.

Nota: (\*) até US\$ 1,90/dia (PPC 2017)





	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Manaus	0,581	0,573	0,550	0,547	0,550	0,595	0,575	0,543	0,524	0,535
Belém	0,507	0,528	0,501	0,511	0,516	0,500	0,549	0,608	0,512	0,582
Macapá	0,531	0,512	0,518	0,534	0,528	0,568	0,567	0,503	0,500	0,516
Grande São Luís	0,480	0,452	0,432	0,494	0,527	0,570	0,482	0,580	0,486	0,528
Teresina	0,485	0,545	0,509	0,512	0,522	0,518	0,530	0,521	0,471	0,479
Fortaleza	0,543	0,526	0,522	0,534	0,552	0,552	0,572	0,582	0,559	0,545
Natal	0,525	0,516	0,529	0,534	0,555	0,558	0,537	0,545	0,532	0,588
João Pessoa	0,548	0,556	0,569	0,576	0,562	0,573	0,569	0,596	0,566	0,589
Recife	0,593	0,591	0,594	0,587	0,598	0,604	0,574	0,550	0,549	0,581
Maceió	0,519	0,500	0,540	0,512	0,518	0,514	0,504	0,524	0,525	0,537
Aracaju	0,569	0,586	0,550	0,543	0,582	0,567	0,587	0,570	0,538	0,605
Salvador	0,590	0,532	0,541	0,534	0,563	0,555	0,598	0,551	0,594	0,582
Belo Horizonte	0,527	0,524	0,508	0,519	0,520	0,531	0,522	0,515	0,494	0,525
Grande Vitória	0,494	0,523	0,525	0,540	0,535	0,528	0,527	0,546	0,526	0,540
Rio de Janeiro	0,534	0,527	0,518	0,514	0,536	0,552	0,539	0,560	0,565	0,581
São Paulo	0,528	0,537	0,535	0,549	0,558	0,563	0,569	0,568	0,570	0,563
Curitiba	0,483	0,481	0,469	0,453	0,482	0,486	0,501	0,504	0,483	0,488
Florianópolis	0,454	0,466	0,453	0,441	0,454	0,428	0,464	0,422	0,468	0,484
Porto Alegre	0,511	0,504	0,506	0,470	0,510	0,522	0,513	0,517	0,507	0,491
Vale do Rio Cuiabá	0,505	0,449	0,457	0,449	0,481	0,522	0,513	0,492	0,548	0,485
Goiânia	0,484	0,483	0,467	0,459	0,492	0,481	0,465	0,506	0,453	0,500
Distrito Federal	0,601	0,579	0,573	0,580	0,578	0,580	0,587	0,560	0,548	0,566
Conjunto RMs	0,545	0,543	0,538	0,539	0,556	0,563	0,563	0,562	0,555	0,565
<b>BRASIL</b>	<b>0,539</b>	<b>0,533</b>	<b>0,526</b>	<b>0,524</b>	<b>0,538</b>	<b>0,540</b>	<b>0,538</b>	<b>0,541</b>	<b>0,523</b>	<b>0,544</b>

FIGURA 1A: Coeficientes de Gini\*

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.

Nota: (\*) Calculado a partir da renda domiciliar per capita (valores constantes, 2022 / IPCA).

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
<b>Manaus</b>	1.327	1.305	1.277	1.216	1.088	1.183	1.171	1.117	1.100	967
<b>Belém</b>	1.155	1.259	1.176	1.168	1.182	1.189	1.293	1.598	1.315	1.246
<b>Macapá</b>	1.092	1.220	1.188	1.250	1.185	1.311	1.109	1.105	1.012	974
<b>Grande São Luís</b>	989	881	839	1.052	1.068	1.072	905	1.227	982	938
<b>Teresina</b>	927	1.267	1.268	1.184	1.108	1.147	1.178	1.160	1.041	1.001
<b>Fortaleza</b>	1.263	1.278	1.252	1.265	1.245	1.284	1.405	1.476	1.505	1.234
<b>Natal</b>	1.125	1.297	1.335	1.481	1.507	1.479	1.213	1.517	1.604	1.609
<b>João Pessoa</b>	1.164	1.278	1.379	1.512	1.389	1.489	1.522	1.575	1.286	1.183
<b>Recife</b>	1.467	1.582	1.593	1.529	1.411	1.373	1.348	1.260	1.236	1.079
<b>Maceió</b>	1.073	1.026	1.232	1.067	1.165	1.121	1.105	1.122	1.141	1.042
<b>Aracaju</b>	1.539	1.548	1.568	1.517	1.534	1.464	1.344	1.473	1.447	1.308
<b>Salvador</b>	1.653	1.486	1.711	1.578	1.483	1.548	1.795	1.505	1.639	1.287
<b>Belo Horizonte</b>	1.876	1.949	1.890	1.891	1.732	1.772	1.888	1.896	1.689	1.771
<b>Grande Vitória</b>	1.633	1.709	1.841	1.674	1.581	1.666	1.695	1.874	1.721	1.519
<b>Rio de Janeiro</b>	1.717	1.769	1.810	1.748	1.813	1.822	1.783	2.012	1.959	1.863
<b>São Paulo</b>	2.095	2.260	2.350	2.200	2.405	2.495	2.383	2.353	2.201	2.053
<b>Curitiba</b>	2.012	2.063	2.073	1.921	1.972	2.030	2.019	2.173	1.991	1.798
<b>Florianópolis</b>	2.188	2.435	2.434	2.398	2.288	2.278	2.411	2.478	2.446	2.282
<b>Porto Alegre</b>	2.075	2.136	2.218	1.982	2.039	2.176	2.219	2.142	2.133	1.947
<b>Vale do Rio Cuiabá</b>	1.678	1.653	1.655	1.504	1.516	1.667	1.864	1.782	1.678	1.374
<b>Goiânia</b>	1.726	1.861	1.803	1.678	1.585	1.724	1.752	1.933	1.513	1.450
<b>Distrito Federal</b>	2.791	2.838	2.784	2.840	2.687	2.758	2.850	2.673	2.551	2.476
<b>Conjunto RMs</b>	1.775	1.857	1.899	1.817	1.848	1.903	1.895	1.935	1.830	1.698
<b>BRASIL</b>	1.415	1.463	1.504	1.455	1.437	1.485	1.473	1.509	1.453	1.351

**FIGURA 2A: Média de Rendimentos\***

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.

Nota: (\*) Calculado a partir da renda domiciliar per capita (valores constantes, 2022 / IPCA).

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
<b>Manaus</b>	319,7	342,9	347,1	321,6	288,1	257,5	259,9	285,9	310,5	245,6
<b>Belém</b>	347,2	372,3	379,3	363,8	359,3	365,1	350,3	347,3	397,2	285,7
<b>Macapá</b>	298,4	348,1	335,4	329,2	316,1	320,8	243,4	328,4	298,1	274,3
<b>Grande São Luís</b>	327,4	304,8	304,0	328,5	309,8	265,2	281,0	282,5	315,4	251,3
<b>Teresina</b>	313,6	363,6	385,1	360,0	315,6	338,3	338,4	322,4	346,1	310,9
<b>Fortaleza</b>	345,0	371,5	371,1	349,0	339,8	344,3	363,2	361,9	380,1	327,6
<b>Natal</b>	318,8	374,4	374,9	400,6	393,0	377,5	310,4	368,9	420,1	325,5
<b>João Pessoa</b>	314,8	328,0	342,3	365,6	340,4	356,3	373,0	326,5	329,3	266,7
<b>Recife</b>	328,7	355,9	354,4	355,4	320,0	290,3	323,8	315,7	323,5	246,2
<b>Maceió</b>	320,5	325,4	338,2	322,9	339,0	329,2	344,0	316,5	357,2	290,1
<b>Aracaju</b>	366,4	360,6	392,8	406,0	328,9	339,1	284,7	333,8	400,7	270,7
<b>Salvador</b>	367,6	411,1	466,2	436,0	364,7	381,5	387,7	365,7	339,8	272,4
<b>Belo Horizonte</b>	548,5	577,0	588,7	573,3	506,8	497,4	551,3	567,0	543,8	483,8
<b>Grande Vitória</b>	520,7	490,5	512,6	447,7	423,3	455,4	469,9	491,4	477,6	389,5
<b>Rio de Janeiro</b>	478,4	504,8	534,6	515,8	487,2	472,6	482,2	499,0	464,3	403,9
<b>São Paulo</b>	606,8	622,7	657,1	603,8	601,0	609,7	575,0	570,3	530,9	499,7
<b>Curitiba</b>	659,2	683,3	713,7	673,0	650,7	671,6	628,7	674,9	644,2	581,5
<b>Florianópolis</b>	782,0	831,6	877,9	886,9	806,9	864,5	819,0	953,1	822,3	761,4
<b>Porto Alegre</b>	645,2	683,0	689,4	665,7	619,7	626,6	647,7	618,3	666,6	618,8
<b>Vale do Rio Cuiabá</b>	535,5	596,6	594,7	544,1	498,8	492,4	578,7	568,8	459,2	446,5
<b>Goiânia</b>	579,0	643,1	626,9	582,4	501,3	577,9	610,5	600,4	543,0	440,2
<b>Distrito Federal</b>	538,9	585,5	589,2	587,7	564,3	579,5	566,8	613,1	602,1	531,5
<b>Conjunto RMs</b>	469	496	515	492	463	463	463	470	460	396
<b>BRASIL</b>	371,3	393,8	415,9	403,8	376,1	383,2	383,0	387,2	407,9	338,6

**FIGURA 3A: Média de Rendimentos\* dos 40% Mais Pobres**

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.

Nota: (\*) Calculado a partir da renda domiciliar per capita (valores constantes, 2022 / IPCA).

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Manaus	20,3	18,5	16,8	16,8	16,8	22,4	20,7	16,7	15,2	16,2
Belém	13,3	14,9	12,6	13,4	13,9	12,9	16,6	23,4	13,7	20,7
Macapá	15,0	13,8	14,2	15,6	15,2	18,6	19,8	13,2	12,8	13,7
Grande São Luís	11,5	9,9	8,9	12,3	14,7	19,1	11,7	20,4	11,8	15,6
Teresina	11,7	16,0	13,6	13,8	14,8	14,3	15,1	14,7	10,9	11,7
Fortaleza	16,1	14,7	14,4	15,6	16,9	17,0	18,7	20,6	18,0	16,6
Natal	15,0	14,2	15,1	15,6	17,2	17,8	16,1	17,2	15,8	23,9
João Pessoa	16,7	17,6	18,9	19,3	18,6	19,7	19,0	22,8	18,4	21,6
Recife	21,6	21,9	21,9	21,1	22,0	24,0	19,5	17,5	16,8	21,0
Maceió	14,0	12,7	16,1	13,6	14,1	13,7	13,3	14,7	14,2	15,6
Aracaju	18,7	20,6	17,0	16,1	21,4	19,5	22,2	19,6	15,6	24,4
Salvador	21,6	15,4	15,8	15,5	18,4	18,0	23,0	17,6	23,2	21,3
Belo Horizonte	14,6	14,5	13,1	13,9	14,1	15,1	14,3	13,6	12,4	14,9
Grande Vitória	12,2	14,6	14,8	15,9	15,7	15,4	15,0	16,6	14,7	16,4
Rio de Janeiro	15,3	14,8	14,0	13,8	15,7	17,2	16,0	18,1	18,7	21,0
São Paulo	14,8	15,6	15,3	16,4	17,7	18,2	18,9	18,8	19,2	18,7
Curitiba	11,6	11,5	10,6	9,9	11,5	11,7	12,6	12,7	11,6	11,8
Florianópolis	10,0	10,5	9,7	9,3	9,8	8,6	10,5	8,3	11,0	11,5
Porto Alegre	13,3	12,9	13,1	11,0	13,4	14,4	13,8	14,1	13,0	12,3
Vale do Rio Cuiabá	13,0	9,7	10,2	9,6	11,4	14,7	13,5	12,2	16,5	11,9
Goiânia	11,8	11,4	10,6	10,1	12,5	11,5	10,8	13,0	9,8	13,0
Distrito Federal	24,0	20,8	20,3	21,3	20,8	20,8	22,1	18,4	17,2	19,7
Conjunto RMs	16,6	16,3	15,8	15,9	17,7	18,5	18,5	18,4	17,7	19,1
<b>BRASIL</b>	<b>16,3</b>	<b>15,7</b>	<b>15,0</b>	<b>14,9</b>	<b>16,2</b>	<b>16,5</b>	<b>16,3</b>	<b>16,6</b>	<b>14,8</b>	<b>17,0</b>

**FIGURA 4A: Razão de rendimentos\* entre os 10% do topo e os 40% da base da distribuição**

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.

Nota: (\*) Calculado a partir da renda domiciliar per capita (valores constantes, 2022 / IPCA).

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
<b>Manaus</b>	33,9	32,1	30,4	33,5	38,7	39,6	38,7	35,8	32,4	41,8
<b>Belém</b>	30,0	28,1	26,2	29,9	30,1	28,2	29,4	29,1	23,9	36,0
<b>Macapá</b>	38,7	30,6	32,4	33,3	33,0	35,4	40,0	33,7	37,1	38,3
<b>Grande São Luís</b>	34,0	34,7	34,1	32,6	35,1	38,4	36,3	36,1	34,2	40,1
<b>Teresina</b>	36,4	29,0	26,2	30,7	33,7	31,6	31,4	32,4	29,9	34,5
<b>Fortaleza</b>	31,5	26,7	27,2	29,8	31,3	30,7	28,9	29,0	25,8	31,8
<b>Natal</b>	32,9	27,3	27,6	25,3	26,0	25,7	32,4	26,5	22,6	31,0
<b>João Pessoa</b>	33,6	32,9	30,3	29,0	31,4	29,3	26,7	30,3	31,4	39,2
<b>Recife</b>	31,9	27,7	28,3	27,3	32,0	35,2	32,2	31,9	32,2	39,7
<b>Maceió</b>	34,5	33,7	30,9	34,2	31,5	32,0	30,3	33,2	29,2	36,8
<b>Aracaju</b>	28,2	28,2	24,6	23,9	28,4	26,6	34,8	30,5	25,0	38,0
<b>Salvador</b>	26,6	23,4	18,1	21,6	26,8	24,4	24,0	26,8	26,7	34,4
<b>Belo Horizonte</b>	13,4	13,4	12,6	12,5	16,0	16,8	14,9	13,3	13,4	18,7
<b>Grande Vitória</b>	14,6	17,2	16,0	19,5	21,5	19,5	18,9	17,9	18,4	24,8
<b>Rio de Janeiro</b>	18,5	15,9	14,3	16,2	17,4	18,1	18,3	17,2	18,6	21,7
<b>São Paulo</b>	11,3	11,3	9,5	11,5	12,0	12,3	13,7	13,8	15,7	17,8
<b>Curitiba</b>	9,3	8,1	7,8	9,5	10,7	9,5	11,2	10,6	10,8	13,1
<b>Florianópolis</b>	6,4	5,0	6,2	4,6	6,3	3,5	6,6	4,4	4,6	9,9
<b>Porto Alegre</b>	10,1	9,6	9,4	10,2	11,2	11,9	10,8	12,8	10,3	11,4
<b>Vale do Rio Cuiabá</b>	14,0	12,6	11,9	14,4	17,2	16,7	12,7	13,1	20,3	22,1
<b>Goiânia</b>	12,4	9,2	10,2	12,7	16,3	12,4	11,1	11,1	13,9	20,1
<b>Distrito Federal</b>	15,1	13,7	13,8	13,4	15,2	14,0	15,2	12,7	12,3	15,1
<b>Conjunto RMs</b>	18,8	17,2	16,0	17,5	19,3	19,3	19,5	19,1	19,3	23,7
<b>BRASIL</b>	26,3	24,5	22,7	23,7	25,7	24,9	24,8	24,5	23,1	28,3

**FIGURA 5A: Pessoas em Situação de Pobreza (%)**

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.

Nota: (\*) Calculado a partir da renda domiciliar per capita (valores constantes, 2022 / IPCA).

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Manaus	5,1	4,6	3,9	4,8	7,7	11,5	10,0	9,1	7,8	11,1
Belém	4,7	2,8	3,2	3,4	3,5	4,3	5,7	6,0	3,9	8,5
Macapá	5,1	3,5	4,0	4,6	5,4	3,1	9,8	5,8	7,3	7,6
Grande São Luís	5,2	6,5	8,3	5,4	6,6	9,8	9,6	9,2	7,0	10,1
Teresina	4,5	3,9	3,0	3,2	4,3	5,8	6,3	7,4	6,2	7,0
Fortaleza	4,2	4,3	4,7	4,5	5,7	5,0	4,8	4,8	5,5	5,8
Natal	6,1	4,2	3,8	3,5	4,9	5,1	6,8	6,1	4,1	8,7
João Pessoa	6,6	3,6	5,2	3,7	5,1	4,7	5,1	7,5	6,5	10,7
Recife	4,8	5,7	5,7	6,0	7,0	8,2	7,5	7,4	6,3	13,0
Maceió	5,4	4,7	6,0	5,0	4,8	5,8	5,2	6,6	4,9	8,7
Aracaju	4,7	4,5	3,7	2,6	7,2	9,1	10,3	6,3	5,2	8,4
Salvador	4,7	2,9	2,8	3,4	6,6	6,4	6,8	7,5	9,4	12,2
Belo Horizonte	1,5	1,8	1,5	1,8	3,5	3,0	3,7	2,7	2,8	3,5
Grande Vitória	1,9	3,0	3,0	3,9	5,1	5,2	4,3	4,1	4,8	6,8
Rio de Janeiro	3,1	2,8	2,7	2,7	3,4	3,6	3,7	3,5	5,7	7,3
São Paulo	2,1	1,8	1,8	1,8	2,2	2,7	3,4	3,6	3,2	4,7
Curitiba	1,6	1,2	1,2	1,3	1,5	1,7	2,3	2,3	3,2	2,5
Florianópolis	1,1	1,1	0,7	1,3	1,1	1,1	1,9	1,0	1,0	1,3
Porto Alegre	1,4	1,1	1,5	1,6	2,1	2,3	2,5	2,0	2,2	3,4
Vale do Rio Cuiabá	1,5	2,3	1,0	2,3	2,2	2,9	1,9	2,6	2,7	2,4
Goiânia	0,9	0,9	1,6	1,6	2,9	2,4	1,7	1,8	2,3	4,1
Distrito Federal	1,9	2,4	1,9	2,2	1,9	2,1	2,7	2,3	2,6	4,2
Conjunto RMs	3,0	2,7	2,7	2,7	3,7	4,0	4,4	4,3	4,5	6,3
<b>BRASIL</b>	<b>5,5</b>	<b>5,0</b>	<b>4,4</b>	<b>4,8</b>	<b>5,9</b>	<b>6,3</b>	<b>6,7</b>	<b>6,7</b>	<b>5,3</b>	<b>8,2</b>

**FIGURA 6A: Pessoas em Situação de Extrema Pobreza (%)**

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.

Nota: (\*) até US\$ 1,90/dia (PPC 2017)

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
<b>Manaus</b>	755.195	729.872	706.071	792.971	933.177	973.101	966.551	909.673	838.710	1.098.957
<b>Belém</b>	655.885	618.845	580.344	669.775	678.485	639.541	672.646	670.219	555.489	843.168
<b>Macapá</b>	208.812	168.910	182.716	191.944	193.843	212.468	244.805	209.901	235.240	246.680
<b>Grande São Luís</b>	468.173	481.373	476.539	458.514	497.867	549.479	523.644	524.727	500.459	591.587
<b>Teresina</b>	431.092	344.635	312.749	368.589	405.648	382.601	382.129	395.658	366.847	425.132
<b>Fortaleza</b>	1.173.404	1.006.277	1.029.828	1.141.590	1.207.812	1.197.947	1.137.151	1.146.283	1.030.841	1.279.165
<b>Natal</b>	465.424	391.123	399.557	371.189	386.226	385.092	491.775	407.358	350.171	486.397
<b>João Pessoa</b>	413.323	408.340	379.491	366.875	400.927	377.544	347.810	397.421	416.878	524.699
<b>Recife</b>	1.217.255	1.064.437	1.095.695	1.065.892	1.254.553	1.390.157	1.276.627	1.273.733	1.296.519	1.604.685
<b>Maceió</b>	413.098	407.629	376.879	420.054	388.880	397.498	379.061	418.382	370.535	470.300
<b>Aracaju</b>	246.011	249.941	220.858	218.260	262.456	248.438	329.304	292.527	242.693	372.913
<b>Salvador</b>	985.542	874.855	682.547	820.922	1.027.152	940.801	932.977	1.050.460	1.054.798	1.366.112
<b>Belo Horizonte</b>	675.931	681.279	650.254	647.289	835.816	883.132	790.549	713.366	720.287	1.015.777
<b>Grande Vitória</b>	259.194	311.260	292.882	363.118	407.499	374.460	367.367	353.989	367.706	503.227
<b>Rio de Janeiro</b>	2.250.976	1.947.753	1.764.404	1.998.858	2.162.839	2.258.855	2.302.026	2.172.191	2.365.232	2.762.062
<b>São Paulo</b>	2.321.540	2.332.433	1.986.220	2.416.164	2.541.120	2.633.856	2.960.106	3.001.142	3.446.020	3.922.136
<b>Curitiba</b>	308.873	272.297	263.855	325.280	372.695	335.067	398.440	380.870	392.020	479.895
<b>Florianópolis</b>	59.416	47.096	59.240	44.660	62.282	35.376	67.834	45.974	49.002	106.835
<b>Porto Alegre</b>	414.206	394.379	392.110	424.716	472.706	503.852	460.782	548.187	441.271	490.570
<b>Vale do Rio Cuiabá</b>	121.488	110.178	105.385	128.390	155.200	152.051	116.710	121.628	190.276	208.165
<b>Goiânia</b>	284.591	214.781	242.115	309.221	404.083	312.733	283.933	289.513	366.691	538.716
<b>Distrito Federal</b>	408.531	375.583	384.213	380.749	436.527	408.307	451.267	381.410	375.396	465.929
<b>Conjunto RMs</b>	14.537.960	13.433.276	12.583.952	13.925.020	15.487.793	15.592.356	15.883.494	15.704.612	15.973.081	19.803.107
<b>BRASIL</b>	51.854.632	48.717.280	45.489.620	47.986.360	52.557.569	51.244.671	51.507.852	51.340.693	48.683.736	60.196.466

**FIGURA 7A: Número de Pessoas em Situação de Pobreza**

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.

Nota: (\*) até US\$ 5,50/dia (PPC 2017)

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
<b>Manaus</b>	113.398	105.118	91.455	114.138	185.034	282.018	248.945	230.804	201.755	290.549
<b>Belém</b>	103.085	62.510	72.024	76.411	78.572	98.143	131.336	138.756	89.930	197.780
<b>Macapá</b>	27.342	19.420	22.518	26.313	31.868	18.381	59.640	35.842	46.236	48.899
<b>Grande São Luís</b>	71.643	90.266	115.774	75.442	93.812	140.142	137.591	133.285	101.917	149.316
<b>Teresina</b>	53.700	45.867	35.293	38.169	51.204	69.544	77.141	90.590	76.372	86.303
<b>Fortaleza</b>	157.405	160.766	178.375	173.687	220.171	193.697	189.936	188.205	217.515	232.236
<b>Natal</b>	86.633	60.520	55.656	51.098	73.121	76.259	103.294	94.134	64.104	135.799
<b>João Pessoa</b>	81.478	45.060	65.541	46.805	64.686	61.137	65.828	98.843	85.639	142.726
<b>Recife</b>	183.514	220.289	222.427	234.295	276.288	321.630	299.358	297.511	252.585	525.365
<b>Maceió</b>	64.807	57.324	72.654	61.341	58.697	72.630	65.515	83.368	62.118	110.584
<b>Aracaju</b>	40.963	39.937	32.964	23.904	66.185	84.719	97.732	60.039	50.101	82.821
<b>Salvador</b>	174.591	106.588	103.800	127.796	251.412	247.272	263.087	296.017	372.999	483.894
<b>Belo Horizonte</b>	76.450	93.604	78.730	91.012	182.758	155.594	197.797	145.198	152.592	189.405
<b>Grande Vitória</b>	33.590	53.843	55.207	73.385	97.305	100.562	83.834	80.888	96.510	137.075
<b>Rio de Janeiro</b>	376.068	343.022	336.101	337.970	423.529	449.010	470.875	442.996	727.437	926.817
<b>São Paulo</b>	435.083	381.165	381.369	376.512	475.488	567.590	739.908	788.647	708.163	1.027.074
<b>Curitiba</b>	52.957	41.143	41.903	46.175	52.331	60.488	80.129	83.764	117.260	91.941
<b>Florianópolis</b>	10.481	10.410	6.540	12.638	10.852	11.487	19.331	10.461	10.951	13.505
<b>Porto Alegre</b>	57.153	44.684	62.526	67.346	88.071	98.932	104.216	87.353	94.550	145.601
<b>Vale do Rio Cuiabá</b>	12.939	20.516	8.744	20.495	19.970	26.437	17.695	24.303	25.326	22.952
<b>Goiânia</b>	19.692	22.135	39.035	39.302	71.960	60.388	43.193	47.445	61.804	111.299
<b>Distrito Federal</b>	50.487	66.496	52.906	62.742	54.159	62.020	80.820	69.479	80.373	128.792
<b>Conjunto RMs</b>	2.283.459	2.090.683	2.131.542	2.176.976	2.927.473	3.258.080	3.577.201	3.527.928	3.696.237	5.280.733
<b>BRASIL</b>	10.918.479	9.924.340	8.923.307	9.806.720	12.011.045	13.058.836	13.851.672	14.026.090	11.278.417	17.371.133

**FIGURA 8A: Número de Pessoas em Situação de Extrema Pobreza**

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.

Nota: (\*) até US\$ 1,90/dia (PPC 2017)



# PUCRS



**OBSERVATÓRIO  
DAS METRÓPOLES**

Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia

